

Ministério segue entregue às baratas

Bolsonaro resolve pôr negociasta na pasta da Educação

Valter Campanato - ABr



Ministro estava no esquema de laranjas, aponta a Polícia Federal

Investigações conduzidas pela Polícia Federal confirmam que o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio (foto), teve participação no esquema de candidaturas laranjas do PSL em Minas Gerais nas eleições de 2018. A PF abriu inquérito em fevereiro para apurar se houve falsidade ideológica e lavagem de dinheiro. **P. 3**

Rafael Carvalho - Divulgação ABr



Negócio dele é arrochar aposentadorias, jogar na Bolsa, faturar com juros

Para substituir, finalmente, o colombiano Vélez Rodríguez, Bolsonaro nomeou Abraham Weintraub para o Ministério da Educação. Weintraub era um parasita da Bolsa e do mercado financeiro, do tipo que acha muito genial imitar em eventos de desocupados, supostamente conservadores. Suas credenciais para o cargo resumem-se à incapacidade em relação aos problemas da Educação – e, de resto, do país. Vélez Rodríguez, o ministro que foi demitido, recebeu os agradecimentos de Bolsonaro pelos serviços prestados. **Pág. 3**



Rio: Presos 10 militares que despejaram 80 tiros em família

Tânia Régo - ABr



“Chamei eles de assassinos e eles riram”, disse a viúva Luciana dos Santos Nogueira

O músico Evaldo Rosa dos Santos, de 51 anos, foi executado a tiros de fuzil em uma ação de militares do Exército, em Guadalupe, no Rio de Janeiro, na tarde de domingo (07). A vítima estava com sua família dentro do carro, a caminho de um chá de bebê, quando teve seu carro alvejado por mais de 80 tiros. Evaldo estava dirigindo um carro Ford Ka branco, junto à sua esposa, o filho de 7 anos, seu sogro Sérgio Gonçalves e uma amiga da família. Na manhã da segunda-feira, 10 dos 12 militares ouvidos foram presos pelo Comando Militar do Leste que, inicialmente, havia divulgado nota dizendo



O músico Evaldo Rosa dos Santos, assassinado no RJ

que o fuzilamento havia sido uma reação a assaltantes que atacaram os militares. **Pág. 4**

Bolsonaro ataca IBGE para esconder o crescimento do desemprego e do desalento

Bolsonaro voltou a atacar o IBGE pelo fato do órgão ter detectado uma elevação na taxa de desemprego no Brasil no trimestre encerrado em fevereiro deste ano, atingindo 13,1 mi-

lhões de pessoas. “Vou querer que a metodologia para dar o número de desempregados seja alterada no Brasil. O que está aí é uma farsa”, disse, culpando o termômetro pela febre. **Pág. 2**

“É uma violência contra nosso país vender a Embraer e entregar a Base de Alcântara”, declara Ciro Gomes

“Fico profundamente indignado com esta violência contra nossa soberania! Mais ainda envergonhado por ver um governo cheio de militares nos mais

altos postos de governo traindo a Pátria e envergonhando o uniforme que foi de Caxias!”, afirmou o ex-governador Ciro Gomes. **Página 3**



Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Endividamento das famílias é recorde desde 2015, diz pesquisa da CNC

O percentual de famílias brasileiras endividadadas subiu para 62,4% em março deste ano. É o maior patamar desde 2015, segundo pesquisa da Confederação Nacional do Comércio (CNC). As famílias com dívidas em atraso já são em março 23,4%. **Página 2**

Banco Central derruba pela 6ª vez a previsão de crescimento

O boletim Focus do Banco Central, divulgado nesta segunda-feira (8), registra a sexta queda consecutiva na previsão para o crescimento do Produto Interno Bruto em 2019. Está em 1,97%. **Pág. 2**



Governo propõe que Vale deixe de pagar multa por Brumadinho

Com o argumento de propor uma “saída ecológica” ao crime ambiental provocado pela Vale em Brumadinho (MG), que causou a morte de 224 pessoas e deixou 69 ainda desaparecidas, o ministro do Meio Ambiente, Ri-

cardo Salles, propôs que a mineradora deixe de pagar os cerca de R\$ 250 milhões em multas aplicadas pelo IBAMA e passe a “adotar” sete parques nacionais em Minas Gerais administrados pelo ICMBio. **Página 4**

HP NA INTERNET

No portal HORA DO POVO você tem acesso a todo o conteúdo do jornal impresso e muito mais. Acesse e confira:

www.horadopovo.org.br

Presidente da Anfiop: “Governo faz terrorismo com idosos”

Focus revisa previsão do PIB pela sexta vez

Pela sexta semana consecutiva, analistas do sistema financeiro reduziram a estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) para este ano. O boletim Focus divulgado pelo Banco Central nesta segunda-feira (8) projeta uma alta da economia brasileira de 1,97%, contra 1,98% estimado na semana passada.

Em janeiro, a expectativa era de alta de 2,53% para o PIB deste ano.

Até mesmo o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, já percebeu que o céu não é de brigadeiro. Em discurso no Fórum da Liberdade, em Porto Alegre, nesta segunda-feira, disse que os indicadores econômicos indicam ritmo de crescimento da economia “aquém do esperado”.

Segundo ele, diversos eventos atingiram a economia ao longo de 2018 e “produziram efeitos que persistem mesmo após cessados seus impactos diretos”.

A indústria, principal setor para uma política de desenvolvimento, está literalmente paralisada. Em janeiro teve uma queda de 0,9%. Em fevereiro, variação positiva de 0,7%, que não compensou a perda do mês anterior. Nos dois primeiros do ano, acumula um recuo de 0,2%.

De acordo com o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), “aquilo que a indústria ganhou em fevereiro mal conseguiu compensar seu declínio em janeiro. Como o final do ano passado já havia sido negativo, é nítido que a indústria parou. Isso se deu em um contexto em que as exportações já não ajudam como antes e a expansão da demanda interna permanece obstruída pelo elevado desemprego e pelas incertezas derivadas da esfera política”.

Ano passado, o PIB brasileiro cresceu 1,1%, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para este ano, o BC estima, ainda, uma alta de 2% no PIB.

Governo quer fraudar IBGE para esconder desemprego recorde



Divulgação

Bolsonaro entrega gasodutos da Petrobrás para franceses

A TAG é uma subsidiária integral da Petrobrás e estratégica para o país. Com uma capacidade contratada de movimentação de cerca de 75 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia, possui 4,5 mil Km de extensão, garantindo o transporte do gás natural da região de Urucu para várias cidades da Região Norte, além de garantir o transporte de gás natural das bacias de Campos (RJ) e de Santos (SP) para a Região Nordeste.

Em 2015, com o “plano de desinvestimentos” e “parcerias” com as multinacionais, implementados pelo governo Dilma/Temer, a malha de 9.500 Km de gasodutos de Norte a Sul do país, termelétricas e terminais de GNL, construída pela Petrobrás, entrou na lista dos ativos que seriam privatizados. A TAG foi desmembrada em Sudeste e Nordeste para melhor en-

tregá-la aos estrangeiros.

Em abril de 2017, a malha de gasoduto do Sudeste (Nova Transportadora Sudeste – NTS) foi privatizada por R\$ 6,279 bilhões para um Fundo de Investimento em Participações (FIP) liderado pela Brookfield Infrastructure Partners (BIP).

Em carta à Petrobrás no mesmo ano, a Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET) alertava sobre o prejuízo bilionário da Petrobrás com a venda do gasoduto Sudeste (NTS). Em apenas um trimestre foi gasto com o aluguel dos próprios gasodutos um valor de aproximadamente 1/6 (um sexto) do efetivamente recebido na venda da NTS, ou seja, todo o valor recebido pela venda da NTS terá sido pago em aluguéis em apenas 18 meses.

Segundo a Petrobrás,

a multinacional francesa Engie, assessorada pelo Citibank, deverá pagar US\$ 8,6 bilhões (cerca de R\$ 33 bilhões) pelo gasoduto TAG que atende o Norte e Nordeste. A AEPET estima que “o valor presente líquido das despesas da Petrobrás decorrentes da venda de 90% do controle acionário da TAG poderá ser de US\$ 12,44 bilhões, em razão dos pagamentos relativos a contratos de transporte de gás natural”.

O escolhido por Bolsonaro para promover o desmonte da estatal, Roberto Castello Branco, declarou no mês passado que “a Petrobrás privatizada seria o meu sonho”. E completou: “já que não podemos privatizar, nem temos mandato para isso, vamos transformar a Petrobrás no mais próximo possível em uma empresa privada”, de preferência estrangeira.

Cabral cita Aécio e mais cinco no esquema do caixa da Fetranpor

O ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral - preso desde 2016 e condenado a 198 anos e seis meses de prisão em processos derivados da Operação Lava-Jato - voltou a soltar o verbo durante depoimento ao juiz Marcelo Bretas na semana passada.

Desta vez, Cabral citou Aécio Neves, Anthony Garotinho, Eduardo Paes, Moreira Franco, Luiz Fernando Pezão - todos que teriam, além dele próprio, recebido grandes quantias beneficiados pelo esquema de corrupção com a Fetranpor - cooperativa que opera os ônibus do Rio de Janeiro. O atual prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (PRB), teria recebido em troca de seu apoio à candidatura de Paes à prefeitura do Rio em 2008 US\$ 1,5 milhões da OAS.

A investigação a respeito do esquema com a Fetranpor foi batizada de Operação Ponto Final. Cabral é acusado por essa força-tarefa de ter recebido R\$ 144,7 milhões apenas desse esquema entre julho de 2014 e outubro de 2016.

Questionado por Bretas durante o depoimento, o ex-governador disse que o valor recebido “girava em torno disso, sim”.

O pedido para audiência foi feito pela defesa de Cabral. Ele detalhou, então, o esquema de corrupção que envolvia a concessão de operação dos ônibus do Rio de Janeiro, citando, além dos políticos beneficiados, os empresários do ramo Luiz Carlos Lavoras (na região metropolitana), Amaury Andrade (no interior) e Jacob Barata (na capital) como fontes das propinas. Além de beneficiário, Cabral teria operado diversas vezes como negociante de recursos e doações para campanhas de seus correligionários.

Aécio Neves

Segundo depoimento de Cabral, o então deputado Aécio Neves (PSDB) teria recebido R\$ 3 milhões para a sua campanha à Presidência

da República em 2014 da Fetranpor e da OAS:

“Tenho uma relação afetiva muito grande com Aécio Neves (...) Eu chamei o Lavoras e mandei procurar o Osvaldo que é o homem que cuidava do dinheiro dele. O Aécio não participou da reunião, essa reunião foi entre mim e o Lavoras. Depois, ele [Aécio] me ligou para agradecer. Eu mandei dar R\$ 1,5 milhão para ele desse dinheiro. Eu mandei dar também R\$ 1,5 milhão da OAS para ele”.

Garotinho

Garotinho, que já operava com Amaury Andrade em Campos dos Goytacazes, foi responsável pela manutenção do esquema com a Fetranpor a partir de 1999, quando assumiu o mandato de governador do Rio.

“O Garotinho queria colocar o Andrade como seu interlocutor, já que ele dava propina em Campos dos Goytacazes. Deste modo, a ‘caixinha da Fetranpor’ no setor executivo seguiu acontecendo no governo no Garotinho”, afirmou no depoimento.

Paes

“Em 2008, ano eleitoral, tudo foi convertido para campanhas. A campanha de Eduardo Paes (hoje no DEM, na época no MDB) à prefeitura recebeu R\$ 6 milhões. Pedi este valor ao Barata e Lavoras, era um pedido pessoal, dentro deste contexto do nosso acordo”, disse Cabral.

Pezão

A participação ativa de Pezão em diversos esquemas de corrupção e recebimento de propina já havia sido citada por Cabral em seus primeiros depoimentos de confissão, em fevereiro. Pezão teria recebido, em 2014, doações “com valores máximos”.

“Aquela altura, havia uma discussão sobre a renovação da licitação das linhas de

“Vou querer que a metodologia para dar o número de desempregados seja alterada. O que está aí é uma farsa”, diz Bolsonaro

Tal qual o doente que se irrita com o aumento da febre e acha que a solução está em quebrar o termômetro, Jair Bolsonaro voltou a atacar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pelo fato do órgão ter detectado uma elevação na taxa de desemprego no Brasil, medida em fevereiro deste ano.

Segundo o IBGE, este índice subiu de 11,6% no trimestre terminado em novembro de 2018 para 12,4% no trimestre terminado em fevereiro de 2019. Com isso, o total de desempregados no Brasil atingiu a cifra de 13,1 milhões de pessoas. Os números representam a entrada de 892 mil pessoas na condição de desocupação.

Em entrevista na segunda-feira (1) à TV Record, Bolsonaro, em franco delírio, insinuou que o emprego estaria melhorando e que o IBGE estaria deturpando esses dados. Ele afirmou que, quando há aumento na procura por emprego, o desemprego sobe. “Como é feita hoje em dia a taxa? Leva-se em conta quem está procurando emprego, só quem está procurando emprego. Quem não procura emprego, não é tido como desempregado (...)”.

“Então, quando há uma pequena melhora na questão do emprego no Brasil, essas pessoas que não estavam procurando emprego, procuram, e não acham, aumenta a taxa de desemprego. É uma coisa que não mede a realidade. Parecem índices que são feitos para enganar a população”, afirmou Bolsonaro.

Porém, uma análise simples dos números desautoriza completamente o diagnóstico de Bolsonaro. O aumento do desemprego em fevereiro, quando a taxa subiu para 12,4%, atingindo mais de 13 milhões de pessoas, não foi provocado por uma maior procura por vagas.

DESALENTO

Pelo contrário, o número de desalentados, ou seja, que estão disponíveis para trabalhar, mas, por algum motivo, deixaram de buscar emprego no mês anterior à pesquisa, aumentou de 4,70 para 4,85 milhões, um patamar recorde.

A taxa do IBGE é calculada levando em conta a força de trabalho, e ela, por sua vez, só considera as pessoas ocupadas e desocupadas. Exclui o grupo dos desalentados.

Ao contrário do que sugeriu o presidente na entrevista, o número de desalentados - em suas palavras, “quem não procura emprego” - não interfere na taxa de desocupação do Brasil.

Apesar de, em tese, um desalentado que procura emprego justamente na semana de referência da pesquisa e não encontra uma vaga, poder engrossar o contingente de desocupados naquele momento, não foi isso o que ocorreu. Se assim fosse, o número de desocupados aumentaria e o de desalentados se reduziria. Só que aconteceu o contrário, o número de desalentados subiu.

Daniel Duque, economista da FGV explica que “quando a economia cresce e o desalento é muito alto, as pessoas começam a ter uma perspectiva de encontrar um emprego, e alguns começam a procurar. Então, primeiro você tem um aumento para depois ter uma redução do desemprego. O mecanismo [mencionado por Bolsonaro] está correto, mas não é o que está acontecendo no Brasil hoje”, afirma.

O economista classificou como um “equivoco sério” a ideia do presidente de que o indicador de desemprego enganaria a população. Ele não sabe para que servem esses indicadores. Não é só o Brasil que usa essa metodologia, é o mundo inteiro”, observou o economista.

Apesar de a força de trabalho (a soma das pessoas empregadas e das pessoas desempregadas) ter aumentado, a quantidade de pesso-

as ocupadas - ou seja, com emprego - não acompanhou esse ritmo. De acordo com o IBGE, eram 92,1 milhões de brasileiros empregados no trimestre que encerrou em fevereiro. Esse número é 1,1% menor do que o medido no trimestre de setembro a novembro de 2018 (menos 1,062 milhão de pessoas empregadas).

Em outra entrevista à Band, Bolsonaro ameaçou intervir no IBGE para promover alterações nos índices. “Vou querer que a metodologia para dar o número de desempregados seja alterada no Brasil. O que está aí é uma farsa”, afirmou ele, ao responder uma pergunta.

“Quem recebe Bolsa Família é tido como empregado, quem não procura emprego há mais de um ano é tido como empregado, quem recebe seguro-desemprego é tido como empregado. Temos que ter uma taxa não de desempregados, e sim de empregados. Não tem dificuldade para ter isso aí e mostrar a realidade para o Brasil”, continuou.

Em nota, o IBGE desmentiu o inquilino do Planalto também sobre essa questão. Sobre os beneficiários do Bolsa Família, o IBGE esclarece que esse universo de pessoas é retratado especificamente em uma edição anual da PNAD Contínua. “Em 2017, este universo abrangia cerca de 9,5 milhões de domicílios do país”, diz trecho da nota.

Num outro trecho da entrevista, Bolsonaro seguiu atacando o IBGE. “Quem gera emprego é o setor privado. Tenho dito aqui, fui muito criticado, e volto a repetir: não interessam as críticas. Eu tenho de falar a verdade. Com todo respeito ao IBGE, essa metodologia, em que pese ser aplicada em outros países, não é a mais correta”, disse ele.

Bolsonaro acrescentou que “é fácil se chegar à metodologia correta no que diz respeito à taxa de desemprego. E você ver dados bancários e dados junto à secretaria de Trabalho, quantos empregos geramos a mais por mês ou quantos perdemos. É muito simples”.

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), de responsabilidade do extinto Ministério do Trabalho, realmente faz esse levantamento. Entretanto, ele considera apenas os trabalhadores que têm carteira de trabalho assinada e são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Isso significa que não são contabilizados trabalhadores sem carteira, nem os que trabalham por conta própria ou os funcionários públicos. A pesquisa do IBGE visita mais de 200 mil domicílios no país e investiga todo tipo de ocupação no mercado de trabalho.

Em nota, o IBGE esclareceu que investiga todo tipo de ocupação no mercado de trabalho. E esclarece que são estudadas as condições do mercado de trabalho do país a partir de uma amostra com mais de 210 mil domicílios, distribuídos por cerca de 3.500 municípios.

“Esta amostra é visitada, a cada trimestre, por cerca de 2 mil agentes de pesquisa. A PNAD Contínua levanta informações cruciais sobre os trabalhadores do país, inclusive aqueles sem vínculo de trabalho formal. Trata-se de uma das pesquisas mais avançadas do mundo, que segue as recomendações dos organismos de cooperação internacional, em especial a Organização Internacional do Trabalho (OIT)”, diz outro trecho da nota.

Segundo o Instituto, além da taxa de desemprego, são investigadas as diversas formas de subutilização da força de trabalho, “um universo com mais de 27 milhões de pessoas em diferentes situações precárias, incluindo os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e, ainda, aqueles que necessitam e gostariam de poder buscar um emprego, mas não conseguem, por terem que cuidar de crianças ou de pessoas idosas, por exemplo”.

Endividamento das famílias cresce e é o maior desde 2015

Com o desemprego atingindo 13,1 milhões de trabalhadores, o percentual de famílias endividadas chegou a 62,4% em março deste ano. É importante notar que esse patamar não é atingido desde 2015 - evidenciando que este é mais um sintoma da crise econômica ainda não superada.

O índice de março, apurado pela Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), foi divulgado na quinta-feira (04). Na pesquisa de fevereiro, a entidade havia apurado um índice de endividamento de 61,5% e em março do ano passado, de 61,5% - ambos inferiores aos alcançados neste ano.

Já para a inadimplência - quando são consideradas as famílias com dívidas que necessariamente estão em atraso - também houve aumento ante fevereiro: percentual de 23,4% contra 23,1%.

Ainda segundo a pesquisa da CNC, o percentual de famílias

que declararam não ter condições de pagar suas contas ou dívidas cresceu de 9,2% para 9,4% em março.

Não por acaso, o cartão de crédito foi apontado como o principal fator de endividamento, de 78% dos entrevistados.

Os bancos que operam no Brasil - que apesar da crise tiveram nos últimos anos os maiores lucros da história - assumem que são com os juros cobrados com cartão de crédito (atualmente em 295,5% ao ano) e nas operações para pessoa física - que garantiriam seus vultuosos rendimentos.

O terceiro motivo apontado como fator de endividamento foram os carnês (14,4%) e, em terceiro, o financiamento de veículos (10%).

Desemprego

Além dos 13,1 milhões de desempregados, o IBGE aponta que os trabalhadores não subemprego e os que estão disponíveis para trabalhar, falta emprego 27,9 milhões de pessoas no país.

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br



HORA DO POVO é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto Rua José Getúlio, 67, Cj. 21 Liberdade - CEP: 01509-001 São Paulo-SP E-mail: inc24agosto@uol.com.br C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@yaho.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa,

140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Camp Grande,

Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis

e Curitiba.



Marcelo Álvaro Antonio, do PSL-MG PF vê participação do ministro do Turismo no esquema de laranjas

Investigações conduzidas pela Polícia Federal confirmam que o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, teve participação no esquema de candidaturas laranjas do PSL em Minas Gerais nas eleições de 2018.

As denúncias são de que o ministro – na época deputado federal e presidente do diretório do PSL no Estado durante o processo eleitoral – agiu para desviar verbas públicas de campanha.

Após denúncias de que o PSL destinou repasses do fundo partidário para cumprir a cota de gênero a candidatas laranjas a deputadas que, depois, tiveram que devolver os recursos para o partido, a PF abriu em fevereiro um inquérito para apurar o caso. Os investigadores apuram se houve falsidade ideológica e lavagem de dinheiro.

As investigações correm em segredo de Justiça, mas, informações divulgadas pelo jornal Folha de S. Paulo, na sexta-feira (5), revelam que documentos, áudios e depoimentos obtidos pelos investigadores apontam para a participação de Marcelo Álvaro no esquema.

As denúncias contra o ministro começaram tendo como alvo quatro candidaturas de laranjas no Estado, abastecidas com verba pública do fundo eleitoral. As quatro candidatas receberam R\$ 279 mil da verba pública de campanha da legenda, ficando entre as 20 candidatas que mais receberam dinheiro do partido no país. Desse montante, pelo menos R\$ 85 mil foram para quatro empresas que são de assessores, parentes ou sócios de assessores do ministro.

As candidatas foram Lilian Bernardino, Milla Fernandes, Débora Gomes e Naftali Tamar.

Texto na íntegra em www.horadopovo.org.br

FH: ‘esse governo é pior do que eu imaginava’

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB/SP) afirmou que o governo Bolsonaro é pior do que ele imaginava quando ganhou a eleição, em outubro de 2018. “Acho que piorou no seguinte sentido: não vi nada [nestes três meses de governo]”, disse o tucano.

“Por que ele foi eleito? Ele falou temas que sensibilizaram: violência

e corrupção, basicamente. Temas que pegaram a onda. Mas ele não disse ‘eu vou fazer um Brasil de tal a qual modo’. Tanto que agora ele não sabe o que vai fazer. Vai mudar o quê?”, disse.

Segundo o ex-presidente, o governo está sem rumo. “Não vejo organização no Congresso para isso”, acrescentou.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Juiz rejeita pedido de Lula para afastar delegado da PF

O juiz Luiz Antonio Bonat, da 13ª Vara Federal de Curitiba, negou o pedido da defesa de Lula para que o delegado da Polícia Federal, Filipe Hille Pace, fosse afastado das investigações da Lava Jato do Paraná.

Lula foi condenado tanto no caso do sítio de Atibaia quanto no do Triplex do Guarujá, pelo qual cumpre pena de 12 anos e um mês de prisão, tendo completado o primeiro ano ontem (7 de abril).

A defesa de Lula entrou com um recurso pedindo para que o delegado da Lava Jato do Paraná Filipe Hille Pace fosse afastado por supostamente violar a impessoalidade nas investigações.

Para sustentar seu pedido, apontou a existência de uma ação cível que tramita no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) justamente sobre esta mesma questão.

O juiz Bonat, em sua decisão contrária ao recurso, lembrou aquilo que a defesa do petista o omitiu: a ação em São

Datafolha: Bolsonaro tem a pior avaliação de início de mandato desde 1985

A avaliação do governo Jair Bolsonaro (PSL) após os primeiros três meses de sua administração foi a pior entre os presidentes em primeiro mandato desde a derrota da ditadura e a redemocratização de 1985.

Segundo o instituto, 30% dos brasileiros consideram o governo de Bolsonaro ruim ou péssimo.

No mesmo período, seus antecessores tiveram melhor desempenho. Fernando Collor (então no PRN) era reprovado por 19% em 1990, enquanto Fernando Henrique Cardoso (PSDB) marcava 16% de índices ruins ou péssimo em 1995. Lula e Dilma eram reprovados por 10% e 7% da população respectivamente ao fim dos primeiros três meses de governo.

Íntegra do texto em www.horadopovo.org.br

Negocista vai ocupar o MEC no lugar de Vélez



Divulgação/Casa Civil

“Credencial” do novo ministro da Educação é ter trabalhado para bancos

O nazismo era de esquerda, a Terra é plana, a ditadura não existiu, Trump é a encarnação de Deus

E Jack, o Estripador era um filantropo que cuidava das almas das prostitutas de Londres, guiando-as para o Céu.

C.L.

P.S.: Muitos outros órgãos de comunicação, a começar pela Rede Globo, já explicaram que o nazismo, que assolou a Alemanha e o mundo entre 1933 e 1945, até ser derrotado pelo Exército Vermelho em Moscou, Stalingrado, Kursk e Berlim – e, em outros campos de batalha, por todos os aliados, entre os quais o Brasil – foi a mais ensandecida manifestação da direita que já houve no Planeta.

Bolsonaro sabe disso. Tanto sabe que, há menos de um ano, disse, com indisfarçável orgulho que “o meu bisavô foi soldado de Hitler... ele perdeu um braço, inclusive, na guerra”.

Diante do espanto do entrevistado (“seu bisavô!?”), ele acrescentou, com seu trato torturante do idioma pátrio:

“Qual o problema? A minha família são de alemães e italianos...”

Nessa entrevista, Bolsonaro disse mais, sobre

a questão:

“Profissionalmente, ele [Hitler] foi um grande estrategista... quando você tem um general, aqui no Brasil ou em qualquer exército do mundo, aquele que defende o seu povo.”

Hitler invadiu a Tcheco-Eslôvaquia, Áustria, Polônia, Dinamarca, Noruega, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, França, Iugoslávia, Grécia, Albânia, Bielorrússia, Estônia, Hungria, Rússia, Itália, Letônia, Lituânia, Ucrânia, Líbia, Egito.

Nenhum desses países ameaçou, em nada, a Alemanha.

Mas Bolsonaro diz que Hitler invadiu e destruiu esses países “para defender o seu povo”.

O que é, precisamente, a versão dos nazistas, repetida 80 anos após sua desmoralização completa.

Hitler, também, instalou uma rede de 49 campos de concentração e extermínio em toda a Europa. Somente em Auschwitz, na Polônia, foram assassinadas 1 milhão e 500 mil pessoas.

Deve ter sido, segundo disse Bolsonaro, “para defender o seu povo”.

Porém, Bolsonaro disse ainda mais, nessa entrevista:

“... tem que entender o que aconteceu naquela época... eles tinham um plano de dominar o mundo e impor a sua raça. Os vencedores em batalha impõem as suas vontades... e o Hitler queria impor as suas vontades. Lógico que hoje em dia não admitiria... naquela época era outra história... tanto é que um homem apenas queria aquilo e todos aderiram na Alemanha.”

Portanto, não houve ditadura também na Alemanha.

Apenas, “todos aderiram” a Hitler.

Entretanto, na terça-feira, Bolsonaro afirmou, em Israel, que “não há dúvida” que o nazismo era “um movimento de esquerda”.

Logo, ele deve ter “aderido” à esquerda, já que demonstrou tanta adstringência ao hitlerismo.

Leia a íntegra deste texto e a parte 2 dele no site www.horadopovo.org.br

C. L.

Ex-ministro: “a capitalização foi um modelo desastroso para os trabalhadores chilenos”

LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA (*)

A proposta do governo de capitalização na emenda da Previdência constitui grave ameaça a um direito humano fundamental que as sociedades civilizadas garantem: o direito a uma velhice digna. Ontem e anteontem, em suas declarações à imprensa e depois na Câmara dos Deputados, o ministro Paulo Guedes deixou claro que a proposta de capitalização do governo não tem apenas um sentido fiscal (apesar de ser esta a justificativa oferecida para a reforma) e não tem como consequência “apenas”

liquidar gradualmente com o sistema de Previdência Pública no Brasil. Visa também reduzir os encargos trabalhistas das empresas às custas do aumento do desemprego de todos aqueles que já estiverem empregados no dia em que essa emenda eventualmente entrar em vigor.

Os sistemas de previdência pública garantem uma velhice digna ao assegurarem uma aposentadoria (ou uma pensão) cujo mínimo seja proporcional à remuneração e à contribuição do segurado

nos últimos anos antes da aposentadoria ou pensão, limitado esse mínimo por um teto de um determinado número de salários mínimos. Evita-se, assim, que alguém que ganha mais do que um salário mínimo tenha uma forte diminuição no seu padrão de vida ao se aposentar, estabelecendo-se, porém, um teto para não tornar o sistema caro demais.

Íntegra do artigo em www.horadopovo.org.br
(*) Economista, professor e ex-ministro

O artigo, com o título “Uma mentira e um erro”, foi reproduzido de sua página no Facebook

Ciro: “temos que seguir lutando contra a entrega da Embraer para a Boeing”

O ex-governador Ciro Gomes, que foi candidato do PDT à presidência da República em 2018, criticou a política externa do atual governo, que chamou de “vasalagem vergonhosa a Trump”. Ele participou, na sexta-feira (5), de um debate sobre Brasil pós-eleições no primeiro dia de palestras da Brazil Conference, promovida por alunos brasileiros das universidades de Harvard e do MIT.

“Fico profundamente indignado com esta violência contra nossa soberania! Mais ainda envergonhado por ver um governo cheio de militares nos mais altos postos de governo traindo a Pátria e envergonhando o uni-forme que foi de Caxias!”, escreveu o pedetista em uma rede social.

Ciro criticou a entrega da Base da Alcântara para os EUA e a venda da Embraer para a Boeing. Ao embarcar de Boston para Nova York, o ex-governador postou no Twitter que viajaria em um avião fabricado pela brasileira Embraer, cujo controle acionário está

sendo transferido para a norte-americana.

“Sem surpresa, o avião que vou entrar foi fabricado pela brasileira Embraer. Aeronave essa mundialmente conhecida por sua excelência e que vendeu mais unidades que todas as suas grandes concorrentes internacionais. É uma irresponsabilidade o que estão fazendo com nosso país ao vender a Embraer! Temos que seguir lutando contra essa entrega!”, escreveu.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Partidos rejeitam fechar questão para votar Previdência

Jair Bolsonaro recebeu na quinta-feira (4), no Palácio do Planalto, os dirigentes nacionais do PRB, PSD, PSDB, DEM, PP e MDB para tentar convencê-los a aprovar seu projeto de desmonte da Previdência.

Muita conversa, muito cafézinho, mas nenhum par-

tido, nem mesmo o DEM, que tem três ministérios, assumiu compromisso claro de fechar questão pela aprovação da proposta.

Gilberto Kassab, presidente do PSD, disse que os deputados do partido “ficarão livres para votar como acharem melhor”.

Geraldo Alckmin, por sua vez, nem aventou a possibilidade. Ele disse que “o PSDB tem uma postura de independência em relação ao governo, não há nenhum tipo de troca, não participaremos do governo”, afirmou. Leia mais em www.horadopovo.org.br

Em três meses a Pasta esteve entregue a polêmicas, confusões e exonerações

Bolsonaro conseguiu nomear, para substituir o infortunado Vélez Rodríguez, que quase consegue acabar com o Ministério da Educação (MEC) em três meses, um troglodita aparentemente com verniz “gerencial” (o que, rigorosamente, não quer dizer nada).

Abraham Weintraub, o escolhido depois de uma consulta ao astrólogo Olavo de Carvalho, era secretário-executivo da Casa Civil – ou seja, vice-ministro de Onyx Lorenzoni.

Disse Lorenzoni que foi ele que apresentou Weintraub – e seu irmão, Arthur, hoje assessor especial da Presidência – a Bolsonaro. Para convencê-los a se encontrar com o futuro candidato, disse Lorenzoni que “ele [Bolsonaro] era acessível e com sólida formação matemática”. Nem perguntaremos como Lorenzoni percebeu que Bolsonaro tinha essa “sólida formação matemática”, pois é claro que ele não percebeu nada, exceto que era muito sôdido falar a palavra “sólida”.

Na segunda-feira (08/02), o mesmo Lorenzoni disse, agora sobre Weintraub, que este era “um homem com uma sólida formação”.

Lorenzoni, como se sabe, é veterinário.

Em dezembro, Weintraub, em um resort de Foz do Iguaçu, foi um dos conferencistas de um encontro de desocupados denominado “Cúpula Conservadora”.

Lá, ele demonstrou sua capacidade intelectual: “Quando um comunista chegar para você com o papo ‘nhoim nhoim’, xinga. Faz como o Olavo de Carvalho diz para fazer. E quando você for dialogar, não pode ter premissas racionais”.

É esse sujeito que quer caçar (com cedilha) “marxistas culturais” na universidade brasileira.

“Marxistas culturais”, naturalmente, são todos os que pensam (ou seja, usam a razão, portanto, partem de “premissas racionais”).

O intelectual mais badalado nessa “Cúpula Conservadora” não foi Olavo de Carvalho, que esteve lá, nem Weintraub, mas outra capacidade ainda maior, um certo Eduardo Bolsonaro.

Foi, portanto, um encontro de altíssimo nível intelectual. Só faltou o Queiroz e aquele sujeito da milícia, condecorado por outro Bolsonaro. Ou será que eles estavam lá?

Weintraub é conhecido por sua demissão, em 2012, do Banco Votorantim – até hoje sem explicação pública. Foi, depois, sócio da Quest Investimentos, membro do comitê de trading da Bovespa e conselheiro da Associação Nacional das Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, Câmbio e Mercadorias (Ancord).

Portanto, seu negócio é tappear trouxas no mercado financeiro.

Mas, diz Bolsonaro, trata-se de um professor.

Bem, como professor universitário, Weintraub (e o irmão) conseguiu emprego em uma das unidades abertas pelo PT, a Unifesp/Osasco. Deve, portanto, sua carreira acadêmica ao PT.

Mas não foi muito brilhante a sua trajetória. Aliás, Bolsonaro a ignorava. Em sua primeira nota no Twitter, é claro), disse que “Abraham é doutor, professor universitário e possui ampla experiência em gestão e o conhecimento necessário para a pasta”.

Depois, corrigiu: “Abraham possui mestrado em Administração na área de Finanças pela FGV e MBA Executivo Internacional pelo OneMBA”.

A maioria dos leitores, provavelmente, não sabe – o que é altamente normal – o que é OneMBA. A definição parece escrita pelo professor Rolando Lero:

“Criado em 2002, o OneMBA é um MBA executivo global que desenvolve conhecimentos sobre o real mundo dos negócios por meio de relações interpessoais e reflexões baseadas em fundamentos teóricos aplicados que permitem ao aluno repensar suas perspectivas. Imersões

em residências internacionais, desafios multiculturais e uma equipe de professores globais tornam a experiência no OneMBA única em termos de credibilidade, reconhecimento e transformação na forma de compreender o mundo.”

MBA é uma especialização em administração de empresas, não um mestrado acadêmico (apesar do nome em inglês: “Master of Business Administration”).

Só falta agora a gente descobrir que Weintraub fez mestrado à distância...

BABEL

Alguns bolsonaristas disseram que a nomeação de Weintraub teve o objetivo de apagar o incêndio ateado no MEC desde a posse de Bolsonaro.

Os bolsonaristas, como se sabe, gostam de apagar fogo com gasolina.

O novo ministro não é apenas estúpido, tal como descrevemos acima.

Ele também é um ignorante – ou um mentiroso (ou os dois).

Disse ele, sobre o investimento em Educação, que “a gente vai ver que o que o Brasil gasta está no mesmo patamar que os países que estão em boas posições gastam. A gente gasta como os ricos e tem resultado dos pobres”.

Isso é mentira.

O gasto em educação por aluno, no Brasil, é um dos mais baixos entre os países monitorados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que são os principais países do mundo.

Abaixo do Brasil, em gasto por aluno, só estão a Turquia e o México (v. OCDE, Education at a Glance 2018, pp. 246-256).

No Brasil, gasta-se mais de duas vezes menos por aluno que a média dos países relacionados nesse estudo da OCDE.

O novo ministro da Educação de Bolsonaro sabe disso, até porque houve ampla divulgação dos resultados desse estudo pelo próprio MEC (e, também, pela mídia: por ex., Gasto do PIB em educação para de cair no Brasil, mas investimento por aluno segue estagnado, diz estudo da OCDE; v., também, A pobreza da Educação x A Educação da pobreza).

Mas Weintraub prefere confundir o gasto global em termos de Produto Interno Bruto (PIB) com o gasto real, efetivo, por aluno – que é o que importa.

Pois é óbvio que um gasto de 5% do PIB do Brasil é imensamente menor que um gasto, por exemplo, de 5% do PIB dos EUA (na verdade, os EUA gastam um pouco mais que 6% do PIB com Educação; v. OCDE, Education at a Glance 2018, p. 258).

Portanto, comparar a média de gasto, em termos de PIB, dos países monitorados pela OCDE (5% do PIB) com os gastos em Educação no Brasil (5% do PIB), equivale a comparar batatas com rodas de bicicleta.

São duas coisas – dois valores, duas magnitudes – inteiramente diferentes.

Entretanto, esse vigarista acha que são excessivas as verbas para a Educação e Cultura no Brasil: “O pessoal fala que não dá pra cortar, eu vi uns 8 bilhões ali só de ONG, incentivo à cultura de não sei o que lá... Só loucura”.

Faz lembrar outro pensador, um certo Goebbels, na Alemanha Nazista: “quando ouço falar em cultura, saco o meu revólver”.

Quanto à Universidade, eis um interessante ponto de vista dessa besta: “Em vez das universidades do Nordeste ficarem fazendo sociologia, fazer filosofia no agreste, fazer agronomia com Israel, acabar com esse ódio de Israel. Israel, nas faculdades federais... é loucura o que você escuta”.

Naturalmente, como os Bolsonaro, ele também não gosta da Justiça: “O STF é um guarda da Constituição, e não um estuprador da Constituição. O que você vê ali, eu fico horrorizado”.

Já no governo Bolsonaro...

C.L.

Militares disparam mais de oitenta tiros e executam músico no Rio

A vítima estava com sua família dentro do carro, a caminho de um chá de bebê, quando teve seu carro alvejado. 10 militares envolvidos foram presos

O músico Evaldo Rosa dos Santos, de 51 anos, foi executado a tiros de fuzil em uma ação de militares do Exército, em Guadalupe, no Rio de Janeiro, na tarde de domingo (07).

A vítima estava com sua família dentro do carro, a caminho de um chá de bebê, quando teve seu carro alvejado por mais de 80 tiros.

Evaldo estava dirigindo um carro Ford Ka branco, junto à sua esposa, o filho de 7 anos, seu sogro Sérgio Gonçalves e uma amiga da família.

Daniel Rosa da Silva, filho mais velho de Evaldo, de 29 anos, relatou que, além dos 80 tiros disparados contra o carro, foram encontradas mais de 200 cápsulas no chão.

Em um primeiro momento, o Comando Militar do Leste (CML) afirmou por meio de nota, que a patrulha se deparou com um assalto e que dois criminosos atiraram contra os militares, que responderam ao ataque.

“Os militares responderam à injusta agressão”, dizia a nota do CML.

A versão inicial, no entanto, foi logo desmentida por testemunhas que presenciaram a execução. A amiga da família, que estava dentro do veículo durante a fuzilaria, contestou a versão do Exército e afirmou que os militares não fizeram nenhuma sinalização – nem pediram que o carro parasse – antes de abrir fogo.

“Eu não vi onde foi o tiro, mas eu acho que foi nas costas. Só que a gente pensou que ele tinha desmaiado no volante. A gente saiu do carro, eu corri com a criança e ela também. A gente saiu do carro e mesmo assim eles continuaram atirando”, declarou a amiga, por telefone, à TV Globo.

“Não tinha blitz, não tinha arrastão, não tinha vestígios de nada, tava normal. A gente tá sem entender até agora”, completou ela.

Segundo o Comando Militar do Leste (CML), a nota inicial, que falava em bandidos que abriram fogo foi emitida a partir das informações iniciais transmitidas pela patrulha.

O Comando não informou porque publicou uma nota, assumindo uma versão falsa, sem investigar o que realmente aconteceu.

Não havia arma alguma no carro. Nem bandidos. Apenas uma família – com um menino de sete anos.

“Para mim, isso é uma execução”, declarou Daniel, filho mais velho de Evaldo. “Foram 80 tiros no carro, mais 200 cápsulas de munição pelo chão. Vão botar o Exército na rua para garantir a segurança? Que segurança foi essa? Acabaram com uma família”.

E, sobre o irmão, que escapou milagrosamente ileso: “Imagina uma criança perguntando o tempo todo pra você: ‘onde está meu pai?’”.

O delegado da Divisão de Homicídios da Polícia Civil, Leonardo Salgado, os militares envolvidos no assassinato saíram rapidamente do local.

O delegado afirmou que não há nenhum indício de que os ocupantes do carro fossem bandidos ou tivessem reagido a abordagem dos militares. A Polícia Civil realizou a perícia no local.

“Tudo indica que houve o fuzilamento do veículo de uma família de bem indo para um chá de bebê. Uma ação totalmente desproporcional e sem justificativa”, disse o delegado.

[Vídeo obtido pelo portal](#)

[Ponte](#) mostra a fuzilaria, seguida pela revolta dos moradores de Guadalupe. “É morador, porra!”, alerta um homem. “O Exército acaba de matar uma família agora”, diz quem registra a ação. “Assassinos!”, grita uma pessoa.



O músico Evaldo Rosa dos Santos foi morto a tiros de fuzil

Já em um segundo momento, ainda no domingo (07), após a repercussão do caso, o Comando Militar do Leste (CML) divulgou uma nova nota determinando que todos os militares e testemunhas sejam ouvidos na Delegacia de Polícia Judiciária Militar.

Segundo o CML, já estaria em andamento “uma apuração preliminar da dinâmica dos fatos ocorridos” e que já tinham começado a ser coletados “os depoimentos de todos os militares envolvidos e de todas as testemunhas civis”. O comunicado informou também que toda a investigação estaria sendo supervisionada pelo Ministério Público Militar.

Na manhã desta segunda-feira (08), o Exército declarou que prendeu em flagrante 10 militares envolvidos no fuzilamento. Em nota, o CML disse que além das prisões, os envolvidos foram afastados da corporação em virtude de descumprimento de “regras de engajamento”, depois que foram constatadas “inconsistências identificadas entre os fatos”.

A viúva de Evaldo, Luciana Nogueira, ficou emocionada depois de reconhecer o corpo do marido no Instituto Médico Legal (IML). “O meu filho estava no carro, viu tudo”.

“Ele quer foto do pai. Eu falei que o pai está no hospital. Por que o quartel fez isso? Os vizinhos começaram a socorrer, mas eles continuaram atirando. Eu falei, ‘moço, socorre o meu esposo’. Eles não fizeram nada, e ficaram de deboche”, disse ela.

Luciana ainda disse que eles escolheram ir por aquele caminho por se sentirem seguros com a presença do quartel. “Eu falei: ali é calmo, ali é nossa área. E eu vi o quartel. Tava protegida, da mesma forma que, quando eu vejo um policial, eu me sinto protegida”, disse. “Eu perdi meu melhor amigo. Eu estava com ele há 27 anos. Adorava música, um homem caseiro, trabalhador. Cuidava de mim como ninguém. Meu deus, meu deus”, repetia.

Luciana afirmou que, mesmo depois de seu marido ter sido atingido, os militares seguiram disparando.

“Eles ficaram de deboche. Por que o quartel fez isso? Eu falei para ele: ‘calma, amor, é o quartel’. Ele só tinha levado um tiro. Vizinhos começaram a socorrer. Mas eles continuaram atirando e vieram com arma em punho. Fui botando a mão na cabeça e gritando: ‘moço socorre meu marido’. Eu perdi meu melhor amigo”, disse.

REINCIDÊNCIA

Essa é a segunda vez em menos de 4 dias que homens do exército matam civis desarmados na cidade do Rio de Janeiro.

Na madrugada de sexta-feira, Christian Felipe Santana de Almeida Alves, de 19 anos, foi morto por um tiro de fuzil no peito pelo Exército, em Realengo. A corporação alegou que o jovem era criminoso e que a atitude tomada foi a ideal após a moto em que o garoto estava na garupa furar um bloqueio.

A família e as testemunhas negam a versão do exército.

AMEAÇA A JORNALISTA

O repórter da Rede Globo, Carlos de Lannoy, foi ameaçado de morte logo após fazer matéria no “Fantástico”, na noite deste domingo (07), sobre a operação do Exército que resultou no fuzilamento do carro da família de Evaldo Rosa dos Santos.

Lannoy compartilhou em sua conta do Twitter, uma mensagem postada em nome de Erik Procópio, enviada a ele minutos depois do “Fantástico” exibir a reportagem. “Mexeu com o Exército, assinou sua sentença! Sua família vai pagar! Aguarde Cartas!”, diz a postagem ameaçadora. Lannoy afirma que levará o caso à Justiça.

João Dória anunciou, no fim de março, que irá cortar 23% da verba da Secretaria da Cultura, equivalente a R\$ 127 milhões, que financia diversos museus e projetos culturais em todo o estado.

Inicialmente o corte seria de R\$ 148 milhões e iria fechar as portas do Projeto Guri, o maior programa sociocultural existente no país e que dá diversos cursos gratuitos de iniciação musical para os jovens estudantes.

Mesmo tendo voltado atrás do fechamento do Projeto Guri, o corte de Dória continua causando graves impactos a pelo



Carro da família foi alvejado quando ele estava a caminho de um chá de bebê

Salles quer que Vale ‘adote’ parques ao invés de pagar multa por Brumadinho

Com o argumento de propor uma “saída ecológica” ao crime ambiental provocado pela Vale, em Brumadinho (MG) que causou a morte de 224 pessoas e deixou 69 ainda desaparecidas, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, propôs que a mineradora deixe de pagar os cerca de R\$ 250 milhões em multas aplicadas pelo IBAMA e passe a “adotar” sete parques nacionais em Minas Gerais administrados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Segundo ele, as multas deverão ser transformadas em “investimentos” nos parques.

Com a gestão desses parques a Vale seria obrigada a pagar a multa de R\$ 250 milhões aplicada pelo Ibama em ações ambientais da mineradora.

Minas Gerais possui oito parques nacionais. O do Itatiaia, na divisa com o Rio de Janeiro, foi privatizado no início deste ano. Os demais são os parques nacionais do Caparaó (Zona da Mata), Grande Sertão Veredas (Norte de Minas), Cavernas do Peruaçu (Norte de Minas), Serra do Gandarela (Grande BH), Serra do Cipó (Grande BH), Sempre-Vivas (Vale do Jequitinhonha) e Serra da Canastra (Centro-Oeste de Minas). Salles também informou que propôs que a mineradora adote o museu do Inhotim, em Brumadinho.

“Além de generosamente dispensar a Vale de sete licitações para



Ricardo Salles quer passar gestão dos parques à Vale

concessões de belíssimos parques nacionais, a proposta “generosa” do ministro prevê também dar “de mão beijada” para a mineradora o dinheiro que ela, como concessionária, deveria investir nas unidades de conservação – os R\$ 250 milhões que deixariam de ser pagos na forma de multa para custear ações de recuperação ambiental. Mas que num passe de mágica podem se transformar em investimento da empresa” Maurício Tuffani, editor do portal Direto da Ciência.

Como se não bastasse, os parques depois de doados a Vale passarão por um segundo processo de entrega para a iniciativa privada. Salles disse acreditar que os investimentos iniciais feitos com o dinheiro da multa colaborarão para tornar as áreas mais atrativas – mesmo que a desculpa mais comum usada para privatizar o patrimônio público impor aos compradores que sejam realizados investimentos. “Ao estruturar essas unidades, a companhia poderá deixá-las prontas para um

processo de concessão futuro, muito mais atrativo, que traz empresas que podem administrá-las em bloco”, disse o ministro.

Em entrevista concedida à Globo News na manhã desta segunda-feira, ele explicou que a mineradora já pagou a multa do governo de Minas Gerais e a do Ibama ainda está pendente. A Vale já recorreu desta última e pode recorrer novamente em outras instâncias. Então, para evitar uma discussão, ele fez essa proposta de beneficiar a Vale por matar mais de 400 pessoas.

Em entrevista à coluna de Sônia Racy, no jornal O Estado de S. Paulo, o ministro adiantou que sugeriu a proposta e “a Vale concordou”, acrescentando que ainda falta “confirmar se é juridicamente possível”. A nota informou também que o Ibama está participando das negociações sobre a proposta.

Cortes de Dória na Cultura afetam museus e impedirão ao menos 1,2 milhão de visitas

Os cortes de R\$ 127 milhões anunciados pelo governador de São Paulo, João Dória, na Cultura causarão o cancelamento de exposições e fechamento de instituições e impedirão pelo menos 1,2 milhão de visitas. No domingo, manifestantes tomaram a Paulista contra os cortes.

João Dória anunciou, no fim de março, que irá cortar 23% da verba da Secretaria da Cultura, equivalente a R\$ 127 milhões, que financia diversos museus e projetos culturais em todo o estado.

Inicialmente o corte seria de R\$ 148 milhões e iria fechar as portas do Projeto Guri, o maior programa sociocultural existente no país e que dá diversos cursos gratuitos de iniciação musical para os jovens estudantes.

Mesmo tendo voltado atrás do fechamento do Projeto Guri, o corte de Dória continua causando graves impactos a pelo

menos 23 instituições e projetos culturais, impedindo com que pelo menos 1,2 milhão de visitas ocorram.

O presidente da Associação Brasileira de Organizações Sociais de Cultura (ABRAOSC, Paulo Zuben, afirma que os recursos para a Cultura vêm sendo achatados desde 2010. “A nossa briga é pelo orçamento da pasta que em 2010 representava 0,71% do orçamento [total do governo] e vai passar a representar menos de 0,34%. Ou seja, em nove anos nós tivemos mais de 50% de redução do orçamento para Cultura”, disse.

MANIFESTAÇÕES

Uma manifestação com artistas e entusiastas da cultura saiu do MASP e caminhou até o Museu Afro Brasil, no domingo (7). Para o maestro João Carlos Martins, “A indústria, o comércio e a saúde são o corpo de uma

sociedade. Mas a arte é a alma. Pode haver diálogo, conversas, mas corte, nunca”.

Durante a passeata, o maestro Nelson Ayres lembrou que “em todas as áreas, o corte é de cerca de 3%, na Cultura, de 23%. Isso é uma facada nas costas de projetos que são referência no Brasil e no mundo”.

Também no domingo, a Orquestra Jazz Sinfônica fez um minuto de silêncio durante sua apresentação para demonstrar sua indignação.

No sábado (6), antes de sua apresentação, os músicos da Orquestra Jovem do estado levantaram cartazes se manifestando contra o corte promovido por Dória. Na ocasião, o maestro francês Bruno Mantovani, afirmou que “O Estado de São Paulo é uma das regiões mais ricas do mundo e deveria ter orgulho dos programas que aqui existem”.



Com o cano da arma, policial empurra estudante na entrada da escola

PMs ameaçam estudantes com armas durante protesto

Durante uma manifestação realizada por estudantes em uma escola pública de Guarulhos (SP), na noite desta quinta-feira (4), um policial militar empurrou com o cano da arma uma estudante. A PM havia sido chamada pelo diretor para acabar com o ato dos estudantes. Eles cobravam melhorias na unidade de ensino.

Em um vídeo gravado pelos próprios estudantes da Escola Estadual Professor Frederico Brotero e divulgado nas redes sociais mostra o momento em que a jovem é empurrada por um policial armado.

Nas imagens, a estudante do terceiro ano do Ensino Médio, Eduarda Sória, de 17 anos, tenta passar pela área bloqueada pelos agentes, na tentativa de sair do tumulto. Ela é empurrada por um dos PMs duas vezes com o cano da arma. Outras pessoas gritam e tentam intervir. Um professor da unidade escolar se coloca entre a jovem e o policial, que mantém a arma apontada para os alunos no pátio.

“Na hora só fiquei com muito medo. Eu não sei se a arma era de verdade ou de bala de borracha, mas ele é homem, é mais forte que eu, o empurrão me machucou. Eu nunca tinha passado por isso antes”, diz Eduarda.

Segundo os estudantes, o protesto tinha como objetivo a destituição do atual diretor, José Maria. Eles afirmam que a escola não recebe manutenção de infraestrutura adequada, e que as salas de aula, os corredores e os banheiros ficam alagados quando chove. Também falta material escolar e assistência aos alunos, que já haviam feito um abaixo-assinado, sem sucesso.

Os estudantes também reclamam que a direção resolveu proibir a entrada deles após o início das aulas, às 19h, sem minutos de tolerância. Eles reclamam que nem sempre conseguem chegar a tempo, porque muitos trabalham e vão direto para a escola.

Foram organizados protestos nos períodos da manhã, tarde e noite. A direção teria acionado a polícia por volta de 19h30 desta quinta.

“A gente estava sentado no pátio esperando o diretor falar alguma coisa, mas ele ficou revoltado que os alunos não queriam subir para a aula e chamou a polícia. Não teve vandalismo, pichação, nada”, conta Eduarda.

No boletim de ocorrência, os policiais dizem que foram chamados por solicitação do diretor que estaria sendo ameaçado e para defender sua integridade física. A PM diz que usou armas com balas de borracha.

Dois adolescentes de 16 anos foram apreendidos pela polícia e levados para a delegacia onde passaram a noite. Eles foram encaminhados à Vara da Infância e Juventude. Eduarda também diz que os agentes agrediram quatro garotos do lado de fora do colégio.

A PM informou que “tomou ciência do vídeo e instaurou investigação” para analisar a conduta dos policiais e as circunstâncias da ocorrência.

Os alunos afirmam que vão realizar novos protestos no pátio do colégio nesta sexta (5), para pedir mais uma vez a saída do diretor da unidade.

DESPREPARO

O advogado Ariel de Castro Alves, membro da Comissão do Direito da Criança e do Adolescente do Condepe (Conselho Estadual de Direitos Humanos), disse que o vídeo mostra “policiais despreparados”.

Ariel afirma que enviou as imagens para serem analisadas pela Ouvidoria de Polícia. “Se ocorresse um disparo certamente o policial alegaria falha da arma e disparo acidental para ficar impune, como costuma ocorrer”.

Bombeiros continuam as buscas por vítimas após queda de ponte no Pará

Nesta segunda-feira (08) foram retomadas as buscas a possíveis desaparecidos na queda da ponte da Alça Viária que fica sobre o Rio Moju, no nordeste do Pará.

Parte da ponte caiu após a colisão de uma embarcação com a estrutura na madrugada do último sábado (06). De acordo com testemunhas, dois carros teriam caído no rio no momento do acidente.

Este terceiro dia de buscas contou com 30 militares do Corpo de Bombeiros e 60 da Marinha do Brasil, incluindo mergulhadores. As equipes atuam em oito embarcações, estando entre elas a lancha hidrográfica com sonar, que faz uma varredura lateral e possibilita verificar destroços no leito do rio.

De acordo com a Polícia Civil, até este domingo (07), ninguém procurou a corporação para registrar desaparecidos naquela região. A investigação policial esta sob sigilo.

As investigações apontaram que a embarcação que colidiu com a estrutura da ponte não tinha licença para o transporte de carga. Ela portava resíduos de dendê.

O inquérito é conduzido pela Divisão de Investigação e Operações Especiais (Dioe), responsável por revelar que a embarcação fazia o trajeto com excesso de peso. “A quantidade da carga, de aproximadamente duas toneladas, foi crucial para o acidente ocorrer, aliado à corrente intensa da maré naquele momento”, afirmou o delegado geral da corporação, Alberto Teixeira.

Decreto retira Caixa do Conselho do FGTS e ameaça gestão pública do fundo

Em decreto publicado no dia 26 de março (Decreto nº 9.737/19) o governo retirou a Caixa Econômica Federal do Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). As mudanças diminuirão de 24 para 12 o número de membros do Conselho, aumentando a participação do governo e diminuindo a participação das centrais sindicais no Conselho e das entidades patronais, provocando temores relacionados aos interesses de bancos privados na gestão dos recursos do FGTS.

O FGTS é formado por contribuições pagas pelos empregadores e que incidem sobre a folha de salários. Os recursos são administrados pela Caixa e são destinados a serviços aos trabalhadores, como o seguro desemprego e financiamento à habitação e infraestrutura, entre outros.

“(A medida) indica, obviamente, a intenção do governo de, no futuro próximo, tirar da Caixa a gestão do FGTS, partilhando com os bancos privados que só querem esses recursos, que nós estamos falando em torno de R\$ 540 bilhões, para atuar na especulação financeira e ganhar mais dinheiro”, avalia a coordenadora do Comitê Nacional de Defesa das Empresas Públicas, Rita Serrano.

Além disso, diminuir a participação das centrais sindicais no Conselho diminui o controle social, uma vez que “com mais representações, os processos de fiscalização e de gestão são mais eficazes. A Caixa vai apenas assessorar as decisões do Conselho Curador, que avalia os investimentos”, afirma.

“Hoje, depois de muitas turbulências provocadas pelas políticas governamentais, o FGTS é um fundo sólido com um papel importante tanto do lado do seu passivo, por meio da restituição da poupança forçada e do pagamento do sinistro pela demissão, como do lado do ativo, financiando boa parte das políticas públicas do país”, declara Jair Ferreira, presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae).

“Desde 2016 o noticiário da imprensa vem especulando sobre o interesse dos bancos privados nesse importante fundo social para o desenvolvimento do país, com volume de dinheiro total de mais de R\$ 500 bilhões em ativos e patrimônio líquido superior a R\$ 100 bilhões. Preocupa também o interesse do atual governo em beneficiar o mercado”, completou.

A partir das mudanças o Conselho passa a ser formado por três membros do Ministério da Economia, sendo um representante da Secretaria Especial de Fazenda, que o presidirá; um representante da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho; um representante da Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, além de um representante da Casa Civil da Presidência da República, um representante do Ministério do Desenvolvimento Regional e um representante do Ministério da Infraestrutura, completando as seis representações do Governo.

As centrais sindicais perderam três cadeiras, ficando agora apenas a cargo da CUT, Força Sindical e UGT a representação no Conselho. A representação patronal ficou a cargo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional do Sistema Financeiro (CONSIF) e Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Audiências públicas pelo país debatem malefícios da PEC da Previdência

A reforma da Previdência começa a entrar na ordem do dia nas Câmaras de Vereadores e em Assembleias Legislativas em vários pontos do país. As casas legislativas, associadas com sindicatos e associações de juristas estão realizando audiências públicas e seminários para esclarecer a população sobre os prejuízos que a Proposta da Emenda à Constituição PEC 6/2019 trará aos trabalhadores, caso seja aprovada.

A ação busca também cobrar dos vereadores e deputados um posicionamento contrário ao projeto de mudanças na lei da aposentadoria.

A Câmara Municipal de São Paulo realizou o seminário “Reforma da Previdência PEC 06 - Efeitos na Vida do Servidor Público” - na manhã da última sexta-feira (5). A iniciativa do evento foi da Federação das Associações Sindicais e Profissionais de Servidores da PMSP (FASP) e do vereador Paulo Frange (PTB).

O presidente da FASP, Cássio Vierra, defende que o tema “é de interesse de toda a sociedade, embora o foco do seminário seja o funcionalismo público”. Entre os pontos do texto da reforma criticado pelos servidores é o aumento da alíquota de contribuição previdenciária de servidores que recebem acima do teto do INSS (hoje, 5.839,45). De acordo com a proposta a alíquota passará a ser progressiva - modelo semelhante à cobrança do Imposto de Renda - e poderá atingir o patamar exorbitante de 22%, se a reforma passar.

No interior de São Paulo, cerca de 100 pessoas se reuniram para debater a reforma da Previdência, no início da noite de terça-feira (3), na Câmara Municipal de Limeira. O evento foi organizado pela União Sindical dos Trabalhadores de Limeira (USTL) e reuniu aposentados, estudantes, sindicalistas e juristas na casa legislativa. O presidente

da União Sindical, Artur Bueno Júnior, destacou que “o movimento sindical está completamente aberto a uma reforma do sistema previdenciário. Mas essa proposta que está aí é muito cruel, insensível com as mulheres, com os pobres e com a própria Constituição”, disse Artur, que também é presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins de Limeira.

A Câmara dos vereadores de Conceição de Ipanema, em Minas Gerais, também realizou uma audiência pública no dia 29 de Março. O evento foi articulado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais, que explica que os principais pontos criticados na audiência foram a idade mínima de 65 anos para homens e 62 para mulheres; o fim da aposentadoria por tempo de contribuição; o tempo mínimo de 20 anos de contribuição e 40 anos de contribuição para ter direito ao benefício integral; e a alteração na idade de contribuição dos trabalhadores rurais, sendo homens e mulheres contribuindo até os 60 anos para se aposentarem.

Em Porto Velho, em Rondônia, o projeto do Governo Bolsonaro para a Previdência foi discutido no Auditório da Assembleia Legislativa, nesta segunda-feira (8). Prefeitos, vereadores, sindicalistas, entre outras autoridades, ouviram palestras da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). O evento foi proposto pelos deputados Lazinho da Fetagro (PT) e Adailton Furia (PSD).

Presidente da ANFIP: “governo faz terrorismo contra idosos”



Audiência pública na Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados - Foto: Reprodução Anfip



Ato de lançamento do abaixo-assinado na capital paulista Lançado abaixo-assinado das Centrais aos parlamentares contra ameaça à aposentadoria

As centrais sindicais Força Sindical, CTB, CUT, CGTB, UGT, Nova Central, Conlutas, Intersindical e CSB lançaram em diversas cidades do país um abaixo-assinado, que pede aos parlamentares que votem contra a PEC 06/2019 da reforma da Previdência de Bolsonaro.

Na capital paulista, o lançamento do abaixo-assinado ocorreu no dia 4, na Praça Ramos de Azevedo, no centro da cidade.

Os dirigentes das centrais - Adilson Araújo, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); Miguel Torres, da Força Sindical; Sérgio Nobre, da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Ubiraci Dantas, da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB); Luiz Gonçalves, da Nova Central (NCST); e Paulo Barela, da CS-P-Conlutas - informaram aos trabalhadores, servidores públicos, aposentados, entre outras categorias presentes no ato, que o abaixo-assinado percorrerá fábricas, estações de trem e metrô, terminais de ônibus, bairros, praças e qualquer outro lugar deste país onde existam pessoas que trabalham e sonham com uma aposentadoria digna.

No texto do abaixo-assinado, as centrais enumeram as principais críticas dos trabalhadores à reforma.

“Esta Proposta de Emenda à Constituição dificulta o acesso à aposentadoria, aumenta o tempo de contribuição e de trabalho, diminui o valor dos benefícios e ameaça a existência

da Seguridade Social (aposentadoria, benefícios da assistência social como o BPC e as políticas de saúde). Mas não combate a sonegação das empresas devedoras da previdência, mantém privilégios e incentiva a previdência privada (os planos de capitalização), que só beneficia os banqueiros. Por isso pedimos: Vote NÃO A PEC 06/2019! Defenda a aposentadoria e a seguridade social do povo brasileiro”, diz o documento.

“Temos de realizar uma grande campanha de conscientização do povo”, disse o presidente da CTB, Adilson Araújo, ao destacar que a luta contra a reforma de Bolsonaro se dará em diferentes instâncias políticas e sociais. Araújo informou ainda que na próxima terça-feira (9) será feita uma manifestação no aeroporto de Brasília com o objetivo de chamar a atenção dos parlamentares para os prejuízos que a proposta trará para os trabalhadores.

Para Miguel Torres, presidente da Força Sindical, a iniciativa das centrais sindicais é mais um instrumento que a população tem para demonstrar aos deputados e senadores a sua indignação à reforma de Bolsonaro “que mantém privilégios, retira direitos e impede que os trabalhadores e as trabalhadoras se aposentem”.

O presidente da CGTB, Ubiraci Dantas, destacou que as centrais pretendem realizar um grande 1º de maio conjunto contra a reforma da Previdência. Ele ressaltou que “serão mais de 1 milhão de assinaturas que serão entregues na Câmara dos Deputados no mês de maio, antes da votação no plenário.

Estamos conseguindo furar esse barco do Bolsonaro e vamos afundá-lo com essa PEC 06 da fome, da miséria e do desespero. O dia 22 de março já mostrou em todo o Brasil a disposição dos trabalhadores em derrubar essa PEC”. Sérgio Nobre, secretário-geral da Central Única dos Trabalhadores (Cut), disse que o abaixo-assinado é mais uma das diversas ações que o movimento sindical pretende fazer para convencer e alertar os parlamentares. “Bolsonaro quer retirar direitos, diminuir o valor da aposentadoria, aumentar o tempo de contribuição e ainda impõe a obrigatoriedade de idade mínima para se aposentar [65 anos homens e 62 mulheres]”, diz Nobre.

No dia anterior, 2 de abril, representantes das centrais se reuniram com o presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), para tratar da Previdência e da medida provisória sobre a consignação automática das contribuições sindicais (MP 873/2019). Na ocasião, os sindicalistas reafirmaram que a medida visa “destruir” as entidades que representam os trabalhadores.

A MP proíbe cobrança de contribuições sindicais em folha de pagamento, permitindo apenas o uso de boleto, após autorização individual de cada trabalhador. Dezenas de entidades já conseguiram liminares judiciais para permitir o desconto em folha. Rodrigo Maia se comprometeu a trabalhar pela mudança na redação da MP.

ANTÔNIO ROSA

“Em 1980 a população economicamente ativa, representada por brasileiros entre 15 e 64 anos, estava em 57%. Em 2060, a previsão é de que essa faixa chegue a 60% da população brasileira. O problema é o idoso?”, questionou Floriano Martins

Em audiência pública realizada na quarta-feira (3) pela Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados, o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP), Floriano Martins de Sá Neto, afirmou que “o governo faz terrorismo contra idosos”, e que “é preciso que o governo apresente um projeto de desenvolvimento nacional para 60% da população brasileira”.

“Aí sim teremos condições de garantir a tranquilidade do idoso e que a economia se desenvolva... A discussão está errada. Não é necessário fazer esse terrorismo de que os idosos é que são o problema”, disse Sá Neto.

Ao destacar que o problema da Seguridade Social não está em suas despesas, mas sim na gestão de sua arrecadação, Floriano Sá Neto apresentou gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para desmistificar o discurso do governo de que o problema da Previdência e Seguridade Social seja demográfico.

Ele explicou que em 1980 a população economicamente ativa, representada por brasileiros entre 15 e 64 anos, estava em 57%. Em 2060, a previsão é de que essa faixa chegue a 60% da população brasileira. O problema

é o idoso?”, questionou Floriano. Floriano Sá Neto falou ainda da injustiça que está sendo praticada contra os trabalhadores rurais. Ele esclareceu que em 2014, no meio urbano, 45% dos brasileiros começam a trabalhar com 14 anos ou menos; no rural, 78% dos brasileiros começam a trabalhar na mesma idade.

“Por que a trabalhadora rural está sendo igualada ao trabalhador rural? Pra mim, só tirar o rural da PEC é pouco. Caberia até um pedido de desculpas por ter a ousadia de ter encaminhado essa proposta para o trabalhador rural”, disse o presidente da entidade, argumentando ainda que as alterações previstas pelo governo visam única e exclusivamente impedir o acesso do trabalhador à proteção social.

Floriano destacou também que a população não acredita que as reformas propostas por governos tenham o objetivo de trazer melhorias ao sistema. “Sempre que se fala em mudança, o cidadão corre para se aposentar. Ele não acredita no discurso de melhoria do governo”, disse Sá.

Além do presidente da ANFIP, participaram da audiência, o advogado Evandro José Morello; o diretor do Dieese, Clemente Ganz Lúcio; o professor da Unb, Vicente Faleiros e o senador Paulo Paim (PT).

Ex-presidente da OAB: “PEC 06 traz inconstitucionalidade gritante”

O ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cezar Brito, afirmou que a PEC 6/2019 do governo Bolsonaro trás consigo “retrocesso social visível” e inconstitucionalidade “gritante”. O advogado participou, na última quinta-feira (4), de audiência pública promovida pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados.

“Se nós temos um arcabouço constitucional, e esse arcabouço constitucional de proteção com regras próprias, com direitos próprios, é desrespeitado e se esse projeto modifica toda essa discussão — e aí respondo a provocação do Presidente —, podemos deixar muito claro que estamos diante de um retrocesso social visível... Não só na doutrina alemã, mas também na doutrina portuguesa, que tem como um de seus baluartes o Canotilho, há a proibição do retrocesso. Também já há decisão do Supremo Tribunal Federal discutindo e aplicando no direito brasileiro proibindo o retrocesso social, quando discutiu a LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social). Você não pode ter uma legislação que implique em retroceder direitos fundamentais reconhecidos na Constituição Federal. Isso é o que chamamos de retrocesso”, conclui Cezar Brito.

O advogado defendeu que a 1ª inconstitucionalidade na reforma bolsonarista está na desconstitucionalização da Previdência Social.

“Ora, se eu tenho uma legislação que não mais garantirá assistência social digna, dignidade da pessoa humana, remuneração digna, não erradica mais a pobreza e no art. 6º fala da Previdência Social como função social, isso é cláusula pétrea. O art. 6º diz expressamente que sequer por emenda condicional poderia ser debatido. Vamos supor que por emenda constitucional pudesse ser debatido, mas por emenda, porque a emenda se incorpora à Constituição. Jamais por lei complementar!”

E prossegue, “quer dizer, nós estamos acabando, aniquilando a essência, a compreensão do Constituinte de 1988, levando para a legislação complementar um tema altamente importante, que é a retribuição para aqueles que contribuíram para a construção de uma nação”.

Ainda neste ponto, o ex-presidente da OAB destacou:

“E ainda mais. Nos seus textos diz que a questão da idade, que não é só ela a definidora da aposentadoria, passa a ter como elemento

definidor da aposentadoria a estatística. Será estabelecida não mais por lei complementar, mas por um órgão de estatística. Quando o órgão de estatística modificar a idade, poderá haver revisão da aposentadoria, e não mais por meio de debates no Parlamento. Trata-se do gatilho. Olhem como isso gera uma inconstitucionalidade, por não mais permitir que esta Casa debata esse tema. Ora, a desconstitucionalização é basicamente inconstitucional” destacou.

Ele também lembra que o constituinte teve a compreensão de construir um sistema absolutamente solidário.

“... o Constituinte deixou um orçamento próprio para isso, um orçamento específico para isso, apartado dos demais. Daí por que nesse orçamento específico — e o texto constitucional diz isso duas vezes, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e no seu texto permanente — é que eu vou alocar verbas para garantir a retribuição social àqueles que construíram para a história”.

“Um orçamento próprio, desvinculado, superavitário, e não só vinculado ao trabalho, não só vinculado à parte que o empregado ativo solidariamente contribui para aquele que já trabalhou, não só apenas o trabalhador, mas também o empresário, por meio dos lucros, porque dele se apropria da atividade do trabalhador, mas todos nós, na loteria esportiva, quando pagamos. Criou-se um sistema de arrecadação de contribuições, expresso, apartado do orçamento normal, para garantir essa retribuição, essa solidariedade no futuro. Esse é o espírito constitucional”, destacou o advogado.

Foram convidados também para palestrar na audiência: o professor de Direito Atuarial da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Arthur Bragança de Vasconcellos Weintraub; o secretário especial adjunto de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco Leal; a Procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo, Elida Graziane Pinto; a Procuradora Regional da República da 3ª Região e professora, Zélia Luiza Pierdoná.

Nas próximas semanas, a CCJ pretende votar um relatório que apresentará aspectos legais e jurídicos da proposta de emenda à Constituição (PEC06/2019). Após este procedimento os deputados poderão admitir ou negar a PEC. Caso seja aceita, a proposta será debatida em uma comissão especial a ser criada.

Ucrânia: comediante sai na frente e enfrenta Poroshenko no 2º turno

Zelenskyi obteve 30,2% e disputará o 2º turno no dia 21 com o atual presidente, que alcançou apenas 15,9%

Um comediante de shows de stand-up e que atua em uma popular série de televisão, no papel de um professor honesto que vira presidente da Ucrânia para combater a corrupção, Volodymyr Zelenskiy, irá disputar o segundo turno das eleições presidenciais no dia 21 com o atual mandatário, Petro Poroshenko, o oligarca instalado no poder pelo golpe da CIA e seus nazis em 2014 na praça Maidan.

Zelenskiy venceu no primeiro turno com 30,2%. O 'Rei do Chocolate' Poroshenko ficou em segundo, com 15,9% – apesar das pesquisas sobre a aprovação de seu governo não saírem de um dígito: 9%.

Em terceiro ficou a ex-primeira-ministra Yulia Tymoshenko, musa da 'Revolução Laranja' de 2004, com 13,4%, que assevera que foi roubada na apuração mas não irá recorrer da fraude.

Em quarto lugar, Yuriy Boyko, com 11,7%, o candidato tido como o mais próximo da população de fala russa do Donbass (leste da Ucrânia). Sua legenda, Partido da Oposição pela Vida, é a que mais se aproxima do que era o 'Partido das Regiões', de antes do golpe.

Outros cinco candidatos tiveram votações entre 7% e 1%. A participação no pleito foi de 63,4%, quase 18,9 milhões de votos – mas milhões de ucranianos na Rússia não puderam votar por veto de Kiev.

Dito de outra forma, 84% dos votantes optaram por rejeitar Poroshenko. O comediante, Tymoshenko e Boyko, juntos, principais opositores a Poroshenko na eleição, têm mais de 10,5 milhões de votos. A votação de Zelenskiy foi principalmente na área central e sul do país. No leste, o vencedor foi Boyko.

MAIS POBRE DA EUROPA

Cinco anos depois de a subsecretária de Estado, Victoria Nulan, e o senador John McCain irem em pessoa a Kiev supervisionar o golpe em curso, que derrubou o presidente Victor Yanukovich quando faltava um ano para a próxima eleição, episódio recheado de rosquinhas, notas de 100 dólares e o célebre “quero que a União Europeia se f...”, o regime Poroshenko logrou transformar a Ucrânia no mais pobre país da Europa.

Também tornou a corrupção mais intensa do que nunca, segue alucinado no intento de anexar a Ucrânia à Otan, moveu uma guerra fratricida contra o Donbass, não cessa as provocações à Rússia – de que a indústria ucraniana depende para não ser dizimada –, endividou e submeteu o país ao FMI, arrocho salários e cortou drasticamente subsídios ao aquecimento de inverno.

Oficializou o colaboracionista Bandera como patrono do regime e as marchas fascistas. Baniu a língua russa e colocou os comunistas na ilegalidade. Também se tornou um ariete da política do Pentágono e CIA de cerco à Rússia.

A juventude ucraniana foi empurrada para emigrar em massa, para escapar do elevado desemprego, da miséria e do alistamento compulsório para a guerra de Poroshenko no Donbass.

Seu lema de campanha era “exército, idioma, fé” – ou seja, a guerra aos irmãos do Donbass, o banimento da língua russa e a divisão dentro da igreja ortodoxa.

'GOVERNO KAMIKAZE'

O que explica o porquê de Poroshenko só ter vencido em duas áreas – as mais ocidentais e reacionárias do país, na chamada Galiza – resultado digno de um regime que é, como seu primeiro-ministro inaugural, “Yats” – o preferido de Nulan –, confidenciou, um “governo kamikaze” – consequência inarredável de ir ao FMI.

Resultado ainda mais pífio considerando que, além de bilionário e com controle de boa parte da mídia, o magnata também domina a máquina de governo.

Assim, pode-se dizer que a votação em Zelenskiy, que sequer tem partido e teve que arrumar um às pressas, de mesmo nome da série de televisão, ‘Servo do Povo’, é principalmente um voto contra Poroshenko e tudo que ele representa, mesmo com o candidato não tendo nada perto de um programa de governo, apenas generalidades, e de não se opor ao ingresso na Otan e na União Europeia, embora sem os arroubos antirrusos de Poroshenko. Propôs, ainda, convocar referendos, eliminar a imunidade parlamentar e proibir os condenados por corrupção de ocuparem cargos públicos.

Leia íntegra desta matéria em horadopovo.org.br

Crise na Nicarágua: Ortega se nega a antecipar eleições e diálogo com a oposição é suspenso

O governo de Daniel Ortega e a oposição suspenderam, na quarta-feira, dia 3, as negociações que tinham como objetivo superar a crise política em que a Nicarágua está submersa há quase um ano. O prazo estabelecido para os diálogos políticos se concluiu sem acordos sobre itens fundamentais envolvendo democratização e justiça.

Os encontros iniciaram-se em 27 de fevereiro, visando “a estabilização e a pacificação da Nicarágua” e o processo já havia sido paralisado em três ocasiões, diante da repressão governamental.

Ortega nega-se a aceitar a antecipação das eleições marcadas para 2021, e a investigação dos massacres perpetrados por policiais, paramilitares e agentes do regime, mantendo os crimes na impunidade. Tais eram as condições da oposição para selar com o regime um acordo de compromisso, com subsequente pedido conjunto de suspensão de sanções internacionais que pesam contra o governo de Ortega.

Mesmo sem estes pontos centrais, houve alguns avanços nas discussões e, 5 dias antes da suspensão das negociações, as par-

tes haviam acordado em 18 pontos, entre eles o compromisso do governo de libertar os 700 presos políticos, anular os julgamentos de todos os presos por opinião ou manifestação contra o governo, assim como os processos judiciais em curso contra presos políticos. Também se compromete Ortega a restabelecer as liberdades de mobilização popular no país e desmontar os aparatos paramilitares que reprimiram e assassinaram manifestantes.

As manifestações contra Ortega e sua esposa e vice-presidente, Rosario Murillo, começaram em 18 de abril do ano passado, repudiando a tentativa de impor reformas que cortavam o orçamento das universidades, salários e demitiam professores, além de mexerem na Previdência, aumentando a idade mínima para as aposentadorias, encarecendo as contribuições tanto para os trabalhadores quanto para os patrões. A repressão às manifestações populares deixou ao menos 325 mortos e milhares de exilados.

A oposição afirma que “a negociação está encerrada ante a falta de vontade política do regime. O governo só faz de conta”.

Chile: magra pensão faz chofer levar esposa com Alzheimer ao trabalho



História de Nuñez e Fresia expõe desumanidade do regime de capitalização de Pinochet, defendido por Paulo Guedes na Câmara Federal

“País que mais cresce na AL elevou benefícios previdenciários”, afirma o economista Moreira

“O país que mais cresceu na América Latina, distribuindo riqueza, foi a Bolívia, que fez o contrário do que estão propondo aqui, melhorando os direitos previdenciários nos últimos anos”, foi o desafio que o economista Eduardo Moreira, engenheiro pela PUC do Rio de Janeiro e economista pela Universidade da Califórnia de San Diego (UCSD), fez aos senadores, durante audiência, no dia 25 de março, sob o tema “Impacto da Reforma da Previdência” na Comissão de Direitos Humanos do Senado.

O economista defendeu que elevar benefícios previdenciários – ao contrário do que se afirma para defender a proposta, enviada pelo governo, de Reforma Previdenciária – é uma forma de distribuir riqueza e assim melhora a capacidade de consumo da população, dinamiza a economia e, ao invés de causar déficit, produz superávit.

Um dos argumentos do professor Moreira a favor desta percepção tem por base estudo das consequências, do ponto de vista econômico, de tratamentos diversos para a Previdência Social em diferentes países na América Latina.

Segue a transcrição do trecho em que o economista aborda a questão:

“Vamos olhar o caso

do Chile. O Chile tem sido muito citado, pelos que defendem a Reforma da Previdência, como um milagre econômico porque adotou as políticas liberais.

É absolutamente inconsequente fazer uma análise da economia de um outro país de uma maneira tão superficial e rasa, estão comparando laranja com banana. O Chile é um país que tem uma economia 7 vezes e meia menor do que a do Brasil. Uma economia com um PIB de cerca de 270 bilhões de dólares e o Brasil tem o PIB maior do que 2 trilhões de dólares.

O Chile tem metade das suas exportações em cobre, um produto só, que multiplicou por quatro o preço nos últimos 20 anos. Mas as pessoas pegam o Chile como exemplo de um país que deu certo.

E eu chamo a atenção para o seguinte: o Chile é o país mais desigual, estudado pela OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), seguido do México, países que adotaram políticas iguais a estas que se quer adotar no Brasil.

Mas, imaginem alguém no Chile, olhando por exemplo para um país que tem a economia 7 vezes e meia menor que a deles, coincidentemente a mesma relação da economia deles com a do Brasil, que é a Bolívia. Só existe um país que cresceu muito mais que o Chile nos últimos dez anos, na Améri-

ca Latina. Sabem qual foi? Foi a Bolívia.

Vocês sabem o que a Bolívia fez em 2010? Aprovou uma lei reestatizando a Previdência Social, que tinha sido privatizada. Fazendo a idade mínima cair de 65 para 58 anos.

Fazendo com que as mulheres tivessem o direito de se aposentar um ano a menos para cada filho, limitado a três filhos. Que os operários das minas pudessem se aposentar com um ano a menos a cada dois anos trabalhados.

Sabem o que aconteceu com a Bolívia durante esse tempo? Foi o caos, não é? Quebrou... Se fez o contrário do que estão propondo aqui, quebrou...

Pois bem, não foi nada disso, se nos últimos dez anos o Chile cresceu 34%, a Bolívia cresceu 62%. O país que mais cresceu na América Latina, distribuindo riqueza”.

Logo adiante, com base na análise acerca do país vizinho que cresceu distribuindo riquezas, o economista acrescenta, referindo-se ao desafio brasileiro, cuja solução, aponta, está em trilhar o caminho oposto ao do arrocho proposto pela proposta governamental:

“A solução para este país, senadores, é muito simples: ela envolve dar riqueza para que as pessoas tenham o mínimo para também produzirem riqueza”.

Atriz, neta do ex-presidente Shimon Peres, soma-se ao chamado de “Fora Netanyahu”

Mika Almog, atriz, roteirista e columnista do jornal israelense Haaretz, neta de Shimon Peres, que presidiu o país no período em que o premiê Itzhak Rabin conduziu os acordos de paz com Yasser Arafat, chama os israelenses a votarem, sem medo, pelo fim da desastrosa, corrupta e belicosa carreira do atual primeiro-ministro Bibi Netanyahu. “Em 9 de abril [data das eleições], nós vamos removê-lo do poder”, conclama.

O pronunciamento que segue, da atriz e jornalista, Mika Almog, em tradução de Marcelo Jugend, nos dá a ideia do clima de tensão imposto pelo governo direitista de Netanyahu e a disposição de enfrentá-lo pelos mais decididos democratas do país.

“Senhor Netanyahu, eu não tenho medo de você. Nós não temos medo de você. Nós estamos fartos e cansados de você. Nós nos recusamos a continuar vivendo sob um regime cuja ocupação é tentar conseguir que nos odiemos uns aos outros sem razão alguma. Recusamos continuar vivendo sob um regime que está sujando nossa democracia, liderado por um pretendente a tirano que ataca seus cidadãos, justamente aquelas pessoas que são responsáveis por manter o poder sob fiscalização.

Então, eis o que vamos fazer: Em 9 de abril, nós vamos removê-lo do poder. E isso é o que você vai fazer até lá: você vai agredir tudo o que se puser à sua frente. Nós conhecemos você. Você não se deterá diante de nada e fará qualquer coisa, para poder continuar no poder. Então...ponha tudo aí. Ponha aí seu racismo, seu ódio



Mika Almog: “Você teve dez anos e não nos levou um centímetro mais perto de uma solução real”

suas táticas baseadas no medo. Jogue-nos uns contra os outros. Minta. Trapaceie. Incite. Nós sabemos como é.

Quando nós perguntamos a você por que não há sala de emergência em Kiryat Shmona [cidade ao norte de Israel, mais próxima à fronteira com o Líbano], diga-nos que nós o aborrecemos.

Quando perguntamos a você por que há foguetes atingindo Israel, diga-nos “nós respondemos com força”... de novo.

Diga isso às mães e pais em Gaza sitiada.

A quem você pensa que está enganando?

Ponha tudo aí!

Use o tempo que te resta para fazer o que você faz de melhor: aproveite-se de todo palco possível, use aquelas famosas habilidades retóricas para, uma vez mais, nos dizer que por um lado nunca estivemos melhor, e, por outro, vamos todos morrer...e você é o único que pode nos salvar. Já ouvimos tudo isso antes.

Nós não temos intenção de morrer; e não é você que vai nos salvar.

Você teve dez anos! Você fracassou. Você destruiu. Você não nos levou um centímetro mais perto de uma solução real.

E nós nem falamos sobre Kahana [Meir Kahana, judeu norte-americano nazifascista cujos seguidores apoiam Netanyahu nestas eleições]. Nem sequer mencionamos os indiciamentos. Nem mesmo trouxemos à baila os submarinos (o mais grave caso de corrupção quando Netanyahu se beneficiou da verba da defesa em negócios escusos com os alemães).

Nós somos mais fortes do que você pensa. Somos mais inteligentes do que você jamais nos reconheceu.

E, por Deus, já tivemos o suficiente!

Então venha, Bibi. Venha!

Diga-nos que é uma caça às bruxas. Diga-nos que você está sendo perseguido sem misericórdia.

Venha. Dê-nos tudo o que você tem. Nós estamos prontos.”

Nuñez, motorista com 71 anos de idade, via-se obrigado a trabalhar e levar consigo a esposa pois não tinha como pagar o serviço de cuidadores

“Acordo às cinco e meia da manhã e faço chuva ou faça sol, frio ou calor, tenho que tirar minha senhora da cama para levá-la comigo ao trabalho. Me dá muita pena, porque a vejo dormindo e não queria, mas não tem outro jeito. O valor da aposentadoria é muito baixo e nada pode contra o valor dos remédios para o Alzheimer. Como não tenho com quem deixá-la, coloco sua roupa, escovo seus dentes, a levo no sanitário e a limpo porque ela é completamente dependente. Eu cuido dela sozinha, porém a situação ficou muito dura e isso me deixa bastante estressado. Já caí do ônibus, precisa fazer suas necessidades em um recipiente. São sete medicamentos todo dia. Não aguento mais. As vezes me dá vontade de nos suicidarmos”.

Esta comovente história do chileno dom Mário Nuñez, chofer de um micro-ônibus aos 71 anos, e de sua senhora, dona Fresia, de 65 anos, que o acompanhava em sua jornada diária de dez a doze horas com “o olhar perdido no silêncio” de sua doença degenerativa, tornou-se bastante conhecida na América Latina. Caiu na rede e transformou-se em viral, expondo a dimensão e o sentido desumano do regime de capitalização aplicado por Pinochet no Chile, tão ardorosa quanto ridiculamente defendido por Paulo Guedes na Câmara Federal na última quarta-feira.

Para Victor Díaz, administrador da linha Liserco – que une as cidades de La Sirena e Coquimbo –, em que Mário Nuñez dirige, “ele surpreende pela sua demonstração de amor pela companhia e responsabilidade pelo trabalho”. Victor diz que a miséria é o dia a dia de um grande número de idosos chilenos, “uma vez que as aposentadorias não cobrem os gastos, os idosos têm que seguir trabalhando”. No caso da empresa, explica, havendo uma determinação para que ninguém mais além do chofer permanecesse no veículo, se fez uma exceção, autorizando “dom” Mário a ficar com dona Fresia.

De acordo com o Censo 2017, dom Mario faz parte do grupo de mais de um milhão e 300 mil idosos com mais de 65 anos que ainda está trabalhando, apesar de ter idade para o merecido descanso. O Instituto Nacional de Estatísticas (INE) aponta que enquanto em 2015 eles representavam um pouco mais de 19% do total, em 2017 já eram 21% dos quase três milhões de idosos. E o percentual vai num crescendo diante do arrocho das aposentadorias.

Um dos quatro filhos de Fresia, Rodrigo Batista, de 37 anos, lembrou que os idosos têm familiares passando igualmente por dificuldades, o que limita – e muitas vezes

impede – o apoio necessário. “Há mães, pais e filhos com doenças que necessitam de cuidado e de especialistas. Este é o caso da minha mãe que, felizmente, sensibilizou todo o Chile e repercutiu em outros países”, agradeceu.

MENTIRAS DA MÍDIA

A comoção causada na internet fez com que rapidamente jornais e emissoras de rádio e televisão do Chile buscassem fazer a sua própria “interpretação” do caso, com o objetivo de blindar – com inconfessáveis interesses econômicos – as Administradoras de Fundos de Pensão (AFP) e sua política de arrocho das aposentadorias. Os mesmos interesses de uma mesma mídia, aqui e lá.

“É inquestionável que os grandes meios de comunicação privados manipulam grosseiramente a realidade, divulgam mentiras e escondem verdades para defender os atropelos nos direitos realizados por essas administradoras, dominadas por bancos e especuladores”, apontou Luis Mesina, coordenador da organização No + AFP (Chega de AFP).

O relato sobre o drama do casal foi tornado público no começo de novembro do ano passado e logo foi resolvido. Sensibilizada, a Fundação católica Las Rosas se ofereceu para acolher a senhora de dom Mario. O custo médio da internação nestas instituições é de 750 mil pesos mensais (US\$ 1.124). A aposentadoria de dona Fresia é de 109 mil pesos (US\$ 163). As estatísticas apontam que há 200 mil chilenos com Alzheimer.

Entre os trabalhadores chilenos que conseguiram se aposentar – afinal há muitos que passaram longo tempo desempregados ou na informalidade, sem, portanto, contribuir – quatro entre cinco está recebendo menos do que o salário mínimo, correspondente a 301 mil pesos (US\$ 451). Pior, quase a metade, 44%, está ganhando abaixo da linha da pobreza, miserios 150 mil pesos (US\$ 225) ou menos.

Esta é a realidade, nua e crua, resultado direto da privatização do sistema previdenciário chileno comandada pelos Chicago boys, em 1981, entre os quais se encontrava o senhor Paulo Guedes, para quem esse escárnio não passa de “fake news”. Isso tudo durante a ditadura pinochetista, mantida entre 1973 a 1990 à base da tortura, assassinato e desaparecimento de dezenas de milhares de chilenos e do envio de pelo menos 200 mil ao exílio. Mas para Bolsonaro, “Pinochet fez o que tinha que ser feito”. Aliás, defendeu, “devia ter matado mais gente”.

LEONARDO W. SEVERO

20 Estados dos EUA contestam a ‘emergência’ de Trump para o muro na fronteira com o México

Uma aliança de 20 Estados norte-americanos liderados pela Califórnia entrou com um recurso judicial contra a declaração nacional de emergência de Donald Trump, que lhe permite avançar na construção de um muro na fronteira com o México.

A iniciativa é considerada o primeiro passo para impedir que Washington use 1,6 bilhão de dólares de fundos federais para construir parte do muro, promessa de Trump durante as eleições. “O presidente Trump está roubando dinheiro de nossas comunidades e põe-as em perigo por construir o muro”, assinalou o procurador-geral da Califórnia, Xavier Becerra, em coletiva de imprensa.

Os Estados pediram ao Tribunal do Distrito Norte – onde já há precedentes em deter decisões do presidente em temas de imigração – que emita de imediato uma ordem que impeça ao governo de usar a parcela orçamentária que o Congresso já destinou a outros fins.

Sem apoio, Trump encenou

uma pequena mudança de postura em relação à questão do México e dos migrantes, porém ameaçou “aplicar uma sanção econômica” ao país vizinho pelas drogas que entram ao território estadunidense pela fronteira sul. “Estou avaliando aplicar uma sanção econômica pelos 500 bilhões de dólares em drogas ilegais que são enviadas e contrabandeadas desde o México através da fronteira sul”, declarou, jogando toda a culpa no país asteca pela tragédia que a produção e consumo de drogas provocam nos EUA.

O Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Delito (UNODC) divulgou relatório em que informa que a produção mundial de cocaína alcançou o nível mais alto jamais registrado, cerca de 1.410 toneladas, mas os preços dessa droga não baixaram por causa do aumento do consumo em seus mercados principais: Estados Unidos e Europa. Sobre isso Trump não tem nada a dizer.

A matéria pode ser lida na íntegra em horadopovo.org.br

Chelsea Manning sai da solitária depois de 28 dias

Em um comunicado postado em sua conta oficial no Twitter nesta quinta-feira (4) à tarde, a equipe de defesa de Chelsea Manning anunciou que “após 28 dias” em confinamento em solitária, na chamada ‘segregação administrativa’, a denunciante foi finalmente transferida para a área comum do Centro de Detenção de Truesdale.

“Embora esta seja uma grande vitória, ainda há uma estrada pela frente para tirá-la da prisão”, disse a conta. Juristas, entidades de defesa das liberdades civis e defensores de direitos humanos saudaram o fim do confinamento em solitária que, depois de 15 dias, é considerado pela ONU como tortura.

Chelsea vinha sendo mantida em regime de confinamento 22 horas por dia, só podendo sair entre 1 h e 3 h da madrugada, e sem qualquer contato com qualquer outro detento. Dois dias antes, a deputada democrata Alexandria Ocasio-Cortez denunciara os maus-tratos e exigira sua libertação.

Chelsea foi mandada para a prisão no dia 8 de março por “desacato”, após se recusar a depor diante do júri secreto contra o fundador do WikiLeaks, Julian Assange.

Como ela salientou, já depusera extensa e detalhadamente perante uma corte marcial sobre a questão dos arquivos dos crimes de guerra no Iraque e Afeganistão, que vazou através do WikiLeaks e dos maiores jornais do mundo, assumindo toda a responsabilidade por considerar que os cidadãos norte-americanos, e os povos do mundo, tinham o direito de saber a verdade.

Chelsea invocou seu direito constitucional a silenciar diante do júri secreto, orientada por seus advogados que consideraram que o objetivo, era encurralá-la numa “armadilha de perjúrio”, e por terminantemente se negar a ser instrumento do governo dos EUA para a perseguição, extradição e condenação de Assange supostamente por “espionagem” por divulgar documentos mostrando crimes de guerra.

Ex-chefe da CIA e atual secretário de Estado, Mike Pompeo já classificou o WikiLeaks de “agência de espionagem não-estatal”. Quando era secretária de Estado, Hillary Clinton chegou a sugerir silenciá-lo com ataque com drone. O atual presidente equatoriano, Moreno, transformou o asilo de Assange em prisão, com o embaixador em Londres como carcereiro, para atender Washington.

Moreno ameaça expulsar Assange a qualquer momento, para que a polícia de May encaminhe a prisão e extradição aos EUA, aos quais apenas pediu a ressalva de que o editor não receba pena capital.

Na véspera da prisão, Chelsea dissera em um comunicado que seu depoimento era irrelevante para o caso e que a única razão para seu envolvimento no júri secreto foi provavelmente prendê-la ao fazer declarações inconsistentes.

“Não tenho nada para contribuir com este caso, e eu me sinto sendo forçada a me colocar em perigo ao participar dessa prática predatória”, disse Manning em seu comunicado em 7 de março.

Pilger: ‘defendam Assange, cuja corajosa luta toca a todos nós’



Cineasta John Pilger: “Essa perseguição a Julian Assange tem que parar”

Arábia Saudita ameaça abandonar o dólar se lei anti-Opep passar nos EUA

Segundo a Reuters, a Arábia Saudita advertiu Washington de que, se a chamada “lei NOpep (Não à Opep)” for aprovada e posta em vigor, Riad irá desencadear o que os especialistas chamam de “opção nuclear”: abandonar o petrodólar e passar a comercializar o petróleo em outras moedas.

“Os sauditas dizem: deixe os americanos passarem a NOpep e seria a economia dos EUA que desmoronaria”, relatou uma fonte ouvida pela agência de notícias. Tal legislação permitiria a impetração de ações contra os países membros da Opep em tribunais norte-americanos, sob a alegação de que a defesa do preço do petróleo pelos produtores infringe as ‘leis antitruste’ dos EUA, ao mesmo tempo em que megabancos norte-americanos e fundos especulativos conexos têm mãos livres para derrubar no chão o preço do petróleo, asfixiando os produtores, como fizeram em 2014 e na década de 1980.

A NOpep foi apresentada ao Congresso pela primeira vez em 2000 e daria aos EUA a capacidade de ditar os preços e até o nível de produção de petróleo não apenas através das manobras especulativas como já faz atualmente, mas por via judicial, ameaçando processar os membros da Opep que não se submeterem. Mais de uma vez, o presidente Trump “exigiu” a re-

dução do preço do petróleo pelo Twitter e em um livro de 2011 chegou a manifestar apoio ao projeto de lei. Em última instância, o que tal lei faria seria revogar a imunidade soberana dos integrantes da Opep e sujeitar os países membros a leis domésticas norte-americanas. A Opep foi formada em setembro de 1960, quando as Sete Irmãs ainda controlavam tudo, para permitir um preço mais justo para os produtores e uma partilha menos leonina, até o ponto atual em que estatais controlam a maior parte das reservas de petróleo no mundo.

Apesar de ser reapresentada, a lei jamais foi aprovada, mas sua existência é uma ameaça real em um quadro de uso ensandecido de sanções “por razões de segurança nacional” contra os concorrentes pelo governo Trump, por razões ditas “geopolíticas” e como parte da guerra comercial “contra todos”.

Para as fontes consultadas, a expectativa de Riad é de que não precisará chegar a esse extremo – o fim do status do petrodólar exclusivo -, mas os sauditas “têm cenários ‘e se’”. Conforme a Reuters, as chances de o projeto de lei NOpep entrar em vigor

“são escassas” e a Arábia Saudita “difícilmente seguirá adiante”, mas o fato de Riad estar considerando um passo tão drástico é um sinal do aborrecimento do reino “com possíveis desafios legais dos EUA à Opep”. A agência de notícias acrescentou que o ministério da Energia saudita “não respondeu” a um pedido de comentário, enquanto o secretário de Energia de Trump, Rick Perry, admitiu que a lei NOpep poderia ter “consequências inesperadas”. Países membros da Opep, como o Irã e a Venezuela, sob ataque das sanções unilaterais norte-americanas, já se viram forçados a abandonar o petrodólar, o que foi tentado antes pelo Iraque, sob o presidente Sadam. Rússia e China – esta, a maior importadora mundial de petróleo – passaram a comercializar parte do fornecimento de petróleo em yuans resgatáveis em ouro, o que já começa a ser chamado de ‘petroyuan’.

Não é a primeira vez que Riad faz uma advertência a Washington. Durante o governo Obama, quando houve uma movimentação no Congresso dos EUA para permitir que o governo da Arábia Saudita fosse acionado em tribunais norte-americanos pelo 11 de Setembro, os sauditas chegaram a ameaçar com a desova em massa dos títulos do Tesouro que detêm.

Leia mais em www.horadopovo.org.br

Trump ameaça cortar ajuda alimentar aos pobres após doar mais de US\$ 1 trilhão para magnatas

O anúncio de corte nos vale-alimentação (Food Stamps) de 750 mil estadunidenses de baixa renda provocou uma enxurrada de protestos contra o governo Trump, com dezenas de milhares de especialistas, ativistas ou simples cidadãos alertando para o crescimento da fome e da miséria.

Como se sabe, isso ocorre no país que dilapida US\$ 716 bilhões no Orçamento do Pentágono e o governo Trump doou mais de US\$ 1 trilhão em 10 anos para grandes empresas e bilionários, via corte de impostos.

Em carta ao ministro da Agricultura, Sonny Perdue, os democratas da Câmara exigiram a retirada imediata da proposta, uma vez que os beneficiários do Programa de Assistência Nacional Suplementar (SNAP) são os mais vulneráveis do país. Destes, alertam os parlamentares estadunidenses, “quase 20 milhões são crianças, cerca de 5 milhões são idosos de baixa renda e 1,5 milhão são veteranos militares”.

“Este é um ataque direto aos mais vulneráveis entre nós, e essa violência política não pode passar sem ser contestada”, sintetizou o reverendo William Barber, dirigente da Campanha Nacional dos Pobres, para quem a proposta “é uma tentativa imoral e extremista de ferir

os mais necessitados”.

As novas regras do SNAP – que conforme Trump devem entrar em vigor no final deste ano – determinam a suspensão dos bônus-alimentação depois de três meses para os adultos fisicamente aptos sem dependentes “que não trabalhassem, fossem voluntários ou recebessem treinamento profissional por pelo menos 20 horas por semana”. O problema, explica a oposição, é que a maioria dos beneficiados pelo programa já trabalha e estabelecer mais barreiras à assistência nutricional seria desumano.

Na avaliação do vice-presidente do Grupo de Trabalho Ambiental, Scott Faber, os mais de 30 mil comentários na página do Ministério da Agricultura “deixam claro que a maioria dos americanos não apenas se opõe, mas é totalmente contrária a este plano que pune os mais pobres ao negar-lhes ajuda para se alimentarem”. “Em vez de fazer com que os norte-americanos já em dificuldades sofram ainda mais, conclamamos o presidente Trump a cortar o fluxo de dinheiro dos contribuintes que vai como subsídio para as gordas contas bancárias dos milionários”, acrescentou.

“Milhões de adultos e famílias dependem do SNAP, então precisamos manter

este programa em vez de desperdiçarmos bilhões de dólares com forças armadas inchadas e na construção de um muro patético. Isso representa um insulto à alma da América e uma agressão ao mundo civilizado”, escreveu um comentarista do Arkansas, rebatendo Trump. E completou: “você não tem humanidade?”.

“No país mais rico do mundo ninguém deve passar fome. Não devemos permitir isso. É cruel. É antiamericano. Cortar impostos para os ricos e deixar os outros passarem fome é incrivelmente cruel. Por favor, não interrompa esse programa”, disse outro.

O Centro para o Progresso Americano observou na campanha Tirem as Mãos dos bônus-alimentação (Hands Off SNAP) que “a regra proposta por Trump surge quando celebramos o aniversário de um ano de sua lei tributária – que deu mais incentivos fiscais a 1% mais rico do que todos os custos do Programa de Assistência Nacional Suplementar”.

“Uma mãe solteira criando dois filhos depende deste bônus para que seus filhos tenham comida na mesa. Essa proposta de Trump colaria milhares de famílias em risco e não podemos deixar isso acontecer”, concluiu a deputada Bárbara Lee.

ONU adverte governo do Equador que extradição de Julian Assange “violaria a lei internacional, em especial, quando o Estado de destino [EUA] adota pena de morte” e mantém o processo clandestino

O Relator Especial da ONU sobre Tortura, Nils Melzer, exortou o governo Moreno “a não extraditar” o fundador do WikiLeaks Julian Assange, que está asilado na embaixada equatoriana em Londres há sete anos, após o mais famoso portal de denúncias do mundo alertar na sexta-feira (5) que, conforme alta fonte de Quito, a expulsão do editor era questão de “horas a dias”. Personalidades, como o escritor e cineasta John Pilger, fizeram postagens de repúdio: “enchem as ruas fora da embaixada e protejam Assange, mostrem solidariedade a esse homem corajoso, cuja luta deve tocar a todos nós”, conclamou.

Alerta que levou ativistas a acorrerem às imediações da embaixada para vigília em defesa de Assange, com a montagem de barracas e uma frase em luz de led: “não à expulsão”.

A declaração do WikiLeaks afirmava, ainda, que o pretexto da expulsão seria um escândalo de corrupção envolvendo o atual presidente equatoriano – os “INA Papers” – e que já haveria um acordo com a Grã Bretanha para sua captura.

O que, com a prisão de Chelsea Manning completando 30 dias – dos quais, 28 dias em solitária da qual saiu na quinta-feira(4) – por se recusar a mentir a um júri secreto para incriminar Assange, e a explicitação em novembro passado nos EUA da existência de conspiração oficial contra o editor, implica em ameaça iminente de entrega do jornalista nas mãos do Pentágono e da CIA, cujos crimes o editor revelou ao publicar os arquivos da guerra no Iraque e Afeganistão.

“Se Assange fosse expulso da Embaixada do Equador, ele provavelmente seria preso pelas autoridades britânicas e extraditado para os Estados Unidos”, afirmou o Relator Especial Melzer.

O que, considerou, poderia expô-lo a “um risco real de graves violações” de seus direitos humanos, incluindo sua “liberdade de expressão, seu direito a um julgamento justo e a proibição de tratamento ou punição cruel, desumano ou degradante”.

“Portanto, peço ao Governo do Equador que se abstenha de expulsar Assange da sua embaixada em Londres ou que, de outra forma, deixe de suspender seu asilo político até que a proteção integral de seus direitos humanos possa ser garantida”, exigiu Melzer.

O Relator Especial da ONU acrescentou que está preparando “pedido formal aos Governos do Equador e do Reino Unido” para “uma visita in loco” ao Sr. Assange e para reunião “com as autoridades competentes de ambos os Estados”, a fim de avaliar a situação e os riscos enfrentados pelo jornalista “à luz da proibição universal e absoluta de tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes”.

VIOLAÇÃO DA LEI

Melzer reiterou que “a extradição sem as devidas salvaguardas viola a lei internacional, particularmente se o Estado de destino pratica a pena de morte e não divulgou as acusações criminais contra a pessoa”.

“Nestas circunstâncias, a proibição legal internacional de ‘refoulement’ [retorno forçado de asilado] é absoluta”, independentemente de considerações de segurança nacional, conveniência política ou quaisquer outras considerações similares, advertiu o especialista da ONU. ‘Refoulement’ é a proibição, pela lei internacional e da União Europeia, do retorno forçado de refugiados e asilados a um país onde estariam sujeitos à perseguição.

Melzer também advertiu Londres, caso por algum motivo Assange seja submetido à jurisdição britânica, quanto a “expulsar, devolver ou extraditar o Sr. Assange para os Estados Unidos ou

qualquer outra jurisdição”, até que seu direito de asilo seja determinado “em um processo transparente e imparcial”, com todas as garantias, inclusive direito de apelação.

CONSTITUIÇÃO PROÍBE

Como mostrou o ex-presidente Rafael Correa, cujo governo teve a atitude ativa de conceder asilo ao jornalista em 2012 apesar da contrariedade de Washington, Assange “tem a nacionalidade equatoriana” – que lhe foi concedida legalmente – e portanto não se trata de que [Moreno] possa decidir, o Estado equatoriano “tem a obrigação de proteger Assange”.

“A embaixada equatoriana em Londres é território equatoriano e nossa constituição proíbe extraditar qualquer cidadão equatoriano”, reiterou o ex-presidente. Assange recebeu a cidadania equatoriana em dezembro de 2017.

CARCERAGEM

Também o Relator Especial da ONU sobre Privacidade, Joe Cnataci, em Genebra, anunciou que irá visitar Assange no dia 25, em consequência das denúncias sobre os constrangimentos a ele infligidos na Embaixada, em que o novo embaixador funciona como carcereiro.

Sobre isso, há dois relatos impressionantes. Um, de Pilger, registra que “as câmeras estão por toda parte no quarto 101. Para evitá-las, Julian nos manobra num canto, lado a lado, encostado na parede. É assim que nos atualizamos: sussurramos e escrevemos um para o outro em um caderno, que ele protege das câmeras. As vezes nós rimos”.

A jornalista Cassandra Fairbanks, que mal pôde abraçar Assange no saguão, onde ficou por oito minutos, relatou como o editor se recusou a uma revista de corpo inteiro e denunciou estar sendo “amordaçado”. Ela comparou a situação, ouvida de uma sala em que foi trancada à chave, “estranhamente semelhante” a visitas que já fizera a presídios federais norte-americanos.

Mesma conclusão do Conselho Jurídico da Human Rights Watch, que descreveu a situação de Assange como “cada vez mais como confinamento em solitária”.

O escândalo #INAPapers está em apuração na Assembleia Nacional equatoriana, por iniciativa da oposição, após vir a público que o irmão do presidente Moreno tinha uma conta offshore no Panamá (conta 100-4-1071378 do Balboa Bank), da “Ina Investment”, usada para receber propinas de empreiteiras chinesas, propiciando à família Moreno a compra de presentes caros, mobília e até mesmo um apartamento de luxo na Espanha. A primeira denúncia apareceu no site La Fuente, em fevereiro. Na quarta-feira, a Assembleia Nacional aprovou resolução que exige análise dos fatos. Dois dias antes, o próprio Moreno e mais de uma centena de acusados teve de comparecer a audiência no J udiário sobre tentativa de abafa no parlamento. No sábado, o procurador-geral iniciou investigação preliminar sobre o caso.

Para o ex-cônsul equatoriano em Londres, Fidel Narvaez, Moreno está simplesmente buscando “um falso pretexto” para acabar com o asilo do jornalista e “ceder à pressão dos EUA”.

Na realidade, não há qualquer resistência de Moreno quanto a “ceder à pressão” de Washington. Já abriu de novo a base aérea de Manta aos norte-americanos; virou entusiasta neoliberal; surrupiou o prédio da Unasul para outra “finalidade”; e não cansa de fazer genuflexões diante do vice de Trump, Mike Pence, em especial sobre Assange. [...] A.P.

Leia matéria completa em www.horadopovo.org.br

Etiópia: desastre foi causado por defeito do 737 Max 8 da Boeing, conclui investigação

A investigação sobre a queda do Boeing 737 Max 8 na Etiópia concluiu que os pilotos da Ethiopian Airlines seguiram repetidamente todos os protocolos para controlar a aeronave e que uma falha no software do sistema de controle automático do voo provocou a queda com 157 mortos.

As autoridades etíopes pediram para a Boeing analisar sua tecnologia de controle de voo e disseram que os pilotos da empresa aérea seguiram os devidos procedimentos nas primeiras conclusões publicadas sobre o desastre.

“A tripulação realizou várias vezes todos os procedimentos orientados pelo fabricante, mas não conseguiu controlar a aeronave”, disse a ministra dos Transportes da Etiópia, Dagmawit Moges, após a divulgação da parte preliminar do relatório.

A Etiópia sugeriu que a Boeing revise o sistema de controle de manobrabilidade do 737 MAX e que as autoridades aeroviárias confirmem se o problema foi resolvido antes de permitirem que o avião volte a voar. “Como foram observadas condições de mergulho de nariz involuntárias e repetitivas... recomenda-se que o sistema de controle da aeronave seja revisado pela fabricante”, reiterou Dagmawit.

Os comandos para o avião apontar para baixo foram executados pelo software MCAS, da Boeing. O

relatório preliminar da queda do jato da Lion Air na Indonésia sugeriu que os pilotos perderam controle do jato depois de terem problemas com o sistema de controle de voo, como aconteceu neste segundo acidente na Etiópia.

O Boeing 737 MAX 8 da Ethiopian Airlines, que ia da capital da Etiópia, Adis Abeba, para Nairobi, no Quênia, caiu logo depois de decolar no dia 10 de março com 157 pessoas a bordo. Ninguém sobreviveu. A aeronave caiu perto da cidade de Bishoftu, 62 km a sudeste da capital.

Esta foi a segunda tragédia com um 737 MAX em menos de cinco meses. Em outubro de 2018, uma aeronave da Lion Air caiu na Indonésia com 189 pessoas a bordo. Após este acidente, a Boeing divulgou uma circular recordando as diretrizes de emergência para desativar um sistema de estabilização desenvolvido especialmente para os aviões MAX.

Após a queda do avião na Etiópia, vários países tomaram medidas restritivas contra a utilização desse modelo. Pressionada, a Boeing solicitou que a Autoridade Federal de Aviação americana (FAA, na sigla em inglês) recomendasse ao mundo inteiro a interrupção dos voos com o 737 MAX – e não apenas aos EUA. A autorização de voo deste modelo foi então suspensa em todo o mundo.

Matéria completa em www.horadopovo.org.br

100 anos de Jango: o Ano Novo aos brasileiros por um Novo Brasil - (2)

Continuação da edição anterior

(...) “A capacidade instalada geradora de energia elétrica, tão fundamental ao nosso desenvolvimento, crescerá de 4.751.000 kw, em 1961, para 7.432.000 kw, em 1965. Para consolidar e ampliar as perspectivas desse resultado, em termos de interesse da Nação, serão necessárias reformas básicas nas estruturas administrativa, econômica e social do País. A efetivação dessas reformas não deverá ser improvisada, porque, debatida por todas as classes, deverá refletir a vontade dos diversos grupos nacionais, sem esquecer a verdade preliminar de que o beneficiário do desenvolvimento há de ser sempre o povo”

JOÃO GOULART

31 DE DEZEMBRO DE 1962

Brasileiros:

O nascer de um novo ano é sempre para todos nós o nascer de novas esperanças. Quero partilhar de vossas alegrias e de vossos anseios e trazer-vos minha palavra de confiança nos destinos do Brasil.

Estou consciente das dificuldades que atravessamos. Nada, porém, justifica o desânimo ou o pessimismo.

Já superamos momentos mais difíceis e, na realidade, vivemos em um país com excepcionais condições de crescimento, que tem sabido resistir a graves crises e, apesar delas, tem podido registrar sucessivas conquistas no plano econômico, no plano cultural, no plano social, e, sobretudo, tem podido fazê-lo preservando sempre as instituições democráticas.

O povo brasileiro já realizou grandes e admiráveis tarefas na construção de seu destino. A integração do nosso imenso território, no qual edificamos uma civilização nova, fundada nos valores cristãos, herdados dos nossos antepassados; a unidade da fé, da língua e dos sentimentos em que se reflete a imagem da Pátria, una e indivisível; o extraordinário trabalho realizado na conquista e no domínio do espaço físico, em que plantamos lavouras e indústrias, abrimos estradas e edificamos cidades; o gênio do povo brasileiro, receptivo às mudanças e transformações reclamadas pelo desenvolvimento do País — tudo isto retempera a nossa fé, a nossa confiança no futuro do Brasil.

O ano de 1963, com a manifestação soberana do povo nas urnas, marcará o fim da crise institucional desencadeada pelos acontecimentos de agosto de 1961.

Não temo novos encargos, por mais pesados que sejam. Antes os aceito como um dever para com o povo brasileiro. E não os temo porque sei que contarei com a compreensão e o apoio de todos os brasileiros de boa vontade, maioria esmagadora da Nação, e, ainda, com a colaboração patriótica do Congresso e do Poder Judiciário, nos limites harmônicos e independentes de suas atribuições constitucionais.

Minha mensagem — repito — é de confiança no Brasil. Contamos com possibilidades concretas para ordenar a economia nacional e melhorar as condições de vida do nosso povo. Dispomos dos fatores essenciais para que os brasileiros possam aumentar a riqueza nacional e distribuí-la de um modo mais justo.

O esforço que a Nação realizou após a Segunda Guerra Mundial é realmente extraordinário. Erguemos um grande parque de indús-



trias de base e expandimos as fontes de energia, enquanto a rede de estradas, cortando o território nacional, transformava as terras, de simples bens geográficos, em bens econômicos.

O produto nacional passou a crescer à elevada taxa de 7% ao ano, índice só comparável aos da fase de recuperação das grandes potências no esforço do pós-guerra.

Já não somos uma nação subdesenvolvida. Atingimos o estágio de pré-desenvolvimento.

Se os dados reais da atualidade brasileira inspiram esta confiança no futuro, não quero e não devo fugir à verificação de que tem sido muito alto o preço pago pelo povo, nestes últimos anos, para manter o ritmo do desenvolvimento nacional.

É sobre o povo que mais pesam os efeitos do processo inflacionário. São os assalariados, obrigados a manter seus orçamentos domésticos nos estreitos limites de vencimentos fixos, os que maiores privações sofrem nestes tempos de dificuldades econômicas e financeiras.

A preocupação fundamental do Governo, daqui para a frente, será a contenção progressiva do processo inflacionário, até reduzi-lo a taxas compatíveis com a preservação da segurança e com a aceleração do desenvolvimento.

Na situação a que chegamos, quase todos contribuam, através das distorções de suas atividades, para fomentar e acelerar a inflação.

Contribui para esse efeito a União, multiplicando despesas e investimentos para cuja cobertura não dispõe de outro modo senão a emissão de papel-moeda, inclusive socorrendo orçamentos estaduais, cada vez mais deficitários.

Também contribuem para agravar a situação as classes produtoras, aumentando preços, para resguardo da elevação de custos futuros, ou investindo reservas sem critérios seletivos.

E ainda, em grau menor, também contribuem para o fomento do processo inflacionário certas reivindicações que, formuladas sem o justo anteparo de uma política salarial, se transformam em novas dificuldades para o povo, logo que seus efeitos são incorporados aos custos e traduzidos, portanto, em novas elevações de preços.

Na análise da experiência



João Goulart: “O plano do Governo será amplamente divulgado para que todos possam contribuir, através de suas entidades representativas e lideranças, com sugestões e críticas, de modo a possibilitar o aperfeiçoamento das medidas e providências que o tornarão o instrumento adequado à solução dos problemas que preocupam o País”

dos últimos anos, foi possível fixar erros e equívocos que não podem nem devem ser repetidos.

O plano de Governo, que acaba de ser elaborado e que nos propomos executar, baseou-se no levantamento rigoroso do orçamento público em cada exercício financeiro do próximo triênio.

Foram previstas não apenas as receitas tributárias, como também as disponibilidades de financiamento do Estado e de captação da poupança popular. Simultaneamente, foram fixados os objetivos a serem atingidos em todos os setores básicos da economia, visando a garantir o crescimento anual de 7% do produto nacional bruto, mediante a manutenção da atual taxa de investimento.

Será preservada a participação da iniciativa privada nos investimentos totais do País, para o que o Governo utilizará a sua capacidade de financiamento, desdobrando-a, inclusive, para facilitar as vendas dos produtos de nossas indústrias básicas.

O aspecto mais importante dessa programação está na circunstância de que o Governo agirá de forma consciente e coordenada em todos os seus planos de atividade econômica, dando plena utilização ao potencial de produção nacional e evitando as distorções inflacionárias.

Além disso, serão mantidos rigidamente os limites totais de inversões, gastos de custeio e financiamentos do poder público até 1965.

Todo esse esforço de ação planejada permitirá que o Governo brasileiro, pela primeira vez, possa prever e fixar o limite das emissões e, conseqüentemente, con-

trolar e reduzir o ritmo da inflação.

A taxa de inflação deverá cair substancialmente, sem que isso venha a prejudicar a ocupação da capacidade produtiva do País.

Os investimentos planejados para o conjunto da economia, durante o próximo triênio, situam-se em torno de três trilhões e meio de cruzeiros, aos preços de 1962. Esses investimentos permitirão que se eleve a renda per capita. Durante esses três anos, a produção agrícola deverá aumentar em redor de 20%, e assegure que não lhe faltarão o apoio e o estímulo do Governo. O crescimento da produção industrial previsto é de mais de 37%, ou seja, mais de 12% anualmente.

Ao fim do meu governo, a indústria estará contribuindo com mais de 70% dos bens de capital de que necessita a economia nacional para manter sua elevada taxa de crescimento. A produção de aço será quase duplicada. A de tratores, automóveis e caminhões atingirá cerca do dobro da atual produção desta vitoriosa indústria nacional. A capacidade instalada geradora de energia elétrica, tão fundamental ao nosso desenvolvimento, crescerá de 4.751.000 kw, em 1961, para 7.432.000 kw, em 1965.

Para consolidar e ampliar as perspectivas desse resultado, em termos de interesse da Nação, serão necessárias reformas básicas nas estruturas administrativa, econômica e social do País. A efetivação dessas reformas não deverá ser improvisada, porque, debatida por todas as classes, deverá refletir a vontade dos diversos grupos nacionais, sem esquecer a verdade preliminar de que o beneficiário do desenvolvimento há de ser sempre o povo.

Ao lado dessas providências, teremos presente o fator humano, com o Plano Nacional de Educação e Saúde, que dará acesso a todos os brasileiros às fontes da instrução e da cultura, em condições físicas que lhes permitirão elevar a riqueza nacional e obter maior participação em seus benefícios.

Este é o quadro das medidas que pensamos realizar a partir do próximo ano, no sentido de reorganizar a vida nacional e, assim, caminhar com segurança para a estabilização econômica e social do País e, conseqüentemente, para a melhoria que se faz imperiosa e urgente das con-

dições de vida do nosso povo.

Para tão grandiosa tarefa, que deve ser acima de tudo o fruto do nosso próprio esforço e da utilização dos recursos internos já consideráveis, acolheremos com satisfação, dando-lhes estímulo e segurança, o capital e a técnica que venham de fora, animados do leal propósito de participar da nossa luta pelo desenvolvimento do País.

O plano do Governo será amplamente divulgado para que todos possam contribuir, através de suas entidades representativas e lideranças, com sugestões e críticas, de modo a possibilitar o aperfeiçoamento das medidas e providências que o tornarão o instrumento adequado à solução dos problemas que preocupam o País.

É imprescindível que o povo tenha completo conhecimento dos objetivos que nos propomos alcançar nos próximos três anos, pois só assim poderá transformar em força atuante e invencível o que se pretende realizar em seu próprio benefício.

Brasileiros:

Nação independente, na plenitude da consciência de sua soberania, o Brasil, fiel à sua tradição de luta pela preservação da paz, pela intangibilidade da autodeterminação dos povos e pelo respeito às normas da convivência internacional, base dos princípios que constituem os melhores legados de sua formação histórica, reflete, acima de tudo, na sua política externa, o profundo sentido democrático e as legítimas aspirações de desenvolvimento econômico do seu povo.

A ninguém é lícito duvidar de nossa lealdade a esses ideais e aos compromissos que livremente assumimos. Estou plenamente convencido de que esses valores subsistirão, fortalecidos pela prática da democracia, realizando não só os anseios de liberdade, como a justiça social e o bom entendimento internacional.

As nossas dificuldades são perfeitamente sanáveis no plano interno e externo. Temos o direito de afirmar aos brasileiros que devemos confiar em nossa vitalidade e de esperar que os países com os quais convivemos também reconheçam as nossas reais possibilidades.

Brasileiros:

Se fomos capazes de re-

sistir, superando-as sem nunca termos recorrido à violência ou a medidas de exceção, a crises como as que marcaram os últimos meses de 1961 e o ano de 1962, aprofundadas ainda, em determinado instante, por grave ameaça à paz mundial; se fomos capazes, em meio a uma seqüência de crises institucionais, de promover eleições que se caracterizaram pela liberdade e pelo respeito à vontade popular, e, ainda, de elaborar um programa objetivo, para enfrentar as dificuldades que se nos antepõem — podemos afirmar, como o faço agora, que seremos também capazes de tornar realidade o programa de trabalho traçado para os próximos três anos.

Temos sólidas razões para ser otimistas. Maior nação do continente latino-americano, o Brasil possui força econômica e riquezas que precisam ser dinamizadas em benefício de todos.

Um povo que tem enfrentado e vencido tantas dificuldades; um povo que tem sabido garantir, com sua vigilância patriótica, a sobrevivência dos postulados legais; um povo cioso de seus direitos democráticos; um povo que vem suportando, com irreprimível denodo, os sofrimentos impostos pelas contingências do abastecimento; um povo que conta com suas Forças Armadas, de intransigente lealdade aos seus anseios e sempre vigilantes na defesa dos altos interesses nacionais; um povo assim, que não recua, que não desespera, que não se deixa abater, é um povo que pode aguardear, com justificada confiança e com tranquila altivez, o despon-tar de uma nova aurora de paz, de ordem, de prosperidade e de justiça social.

Brasileiros:

A todos os meus compatriotas, aos homens de empresa, aos trabalhadores do campo e da cidade, e às suas famílias, desejo, neste começo de ano, todas as felicidades.

Unamo-nos todos. O destino da Pátria constitui um grandioso desafio, que nos convoca ao cumprimento do dever.

Conjuguemos fraternalmente nossos esforços, rogando a Deus que nos inspire no trabalho pela prosperidade, pela paz da família brasileira e pelo futuro grandioso do Brasil.